

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: fevereiro de 2011.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico Biodiesel Br  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital  
Biodiesel Br

## Índice

<b>Construtor de Belo Monte desiste de linha do BNDES</b> – Agnaldo Brito e Fernanda Odila – Mercado – Folha de São Paulo- 02/02/2011.....	5
<b>DESMATE DEVE COMEÇAR EM MARÇO</b> – Mercado – Folha de São Paulo – 02/02/2011 .....	6
<b>Desmatamento na Amazônia volta a crescer</b> – Capa – O Estado de São Paulo – 03-03-2011 .....	6
<b>Desmate volta a crescer na Amazônia</b> – Marta Salomon – Vida - O Estado de São Paulo – 03/02/2011 .....	6
<b>Protocolo de Nagoia sobre biodiversidade é assinado em Nova York</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011 .....	7
<b>Deter registra queda de 23,7% no desmatamento da Amazônia em 2010</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011 .....	8
<b>Deter registra queda de 23,7% no desmatamento da Amazônia em 2010</b> – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011 .....	9
<b>EUA revisam padrões de qualidade da água</b> – Planeta – O Estado de São Paulo – 04/02/2011 .....	10
<b>Seca de 2010 na Amazônia foi pior que a de 2005</b> – Afra Balazina – Planeta – O Estado de São Paulo – 04/02/2011 .....	10
<b>Amazônia teve pior seca em cem anos</b> – Sabine Righetti - Ciência – Folha de São Paulo -04/02/2011 .....	11
<b>Após três anos, desmatamento volta a crescer</b> – Ciência- Folha de São Paulo – 04/02/2011 .....	12
<b>Cinza da queima do bagaço de cana substitui areia na fabricação de concreto</b> – Venceslau Borlina Filho - Mercado – Folha de São Paulo – 05/02/2011 .....	13
<b>Para presidente, setor elétrico é a espinha dorsal do crescimento</b> - Valdo Cruz – Cotidiano- Folha de São Paulo – 05/02/2011 .....	14
<b>BID praticamente dobra crédito para sustentabilidade</b> – Andrea Murta – Ciência – Folha de São Paulo -08 /02/2011 .....	14
<b>Para CNA, críticas de ambientalista são Código Florestal não têm base científica</b> - Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011 .....	15
<b>Presidente da CNA lembra que produção agropecuária depende de segurança jurídica na área ambiental</b> - Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011 .....	16
<b>Alvo é o Agronegócio</b> - Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011 .....	17
<b>PT elege Código Florestal e Emenda 29 como prioridades</b> - Caio Junqueira - Valor Econômico – Política – 09/02/2011 .....	18
<b>Governo admite plantio em área protegida</b> – Claudio Angelo – Ciência – Folha de São Paulo – 10/02/2011 .....	20

<b>PECUÁRIA QUER MELHORAR A IMAGEM DO PAÍS</b> – Mercado –Folha de São Paulo – 11/02/2011 .....	21
<b>Serviço Florestal e setor produtivo ampliam diálogo sobre concessões</b> – Sitio Eletrônico do MMA – 11/02/2011 .....	21
<b>Polêmica emperra novo Código Florestal-</b> Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011 .....	23
<b>Proposta é avanço e precisa ser votada logo, diz senadora</b> – Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011 .....	25
<b>Projeto é uma afronta para quem respeita a lei, diz ambientalista</b> – Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011 .....	26
<b>Governo prepara projeto alternativo de Código Florestal</b> – Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011 .....	26
<b>Demoranaaprovação do CódigoFlorestalpoderáprejudicar a produção de alimentos, dizSenadoraKátia Abreu-</b> Sítioeletrônico da CNA - 14/02/2011 .....	27
<b>Presidente da CNA reforçanecessidade de aprovação da atualização do CódigoFlorestalpropostapor Aldo Rebelo-</b> Sítioeletrônico da CNA - 14/02/2011 ....	29
<b>Ministério pressiona contra texto de Aldo</b> - Caio Junqueira – Valor Econômico – Política – 15/02/2011 .....	30
<b>Cientistas criticam novo Código Florestal</b> – Claudio Angelo – Ciência – Folha de São Paulo -17/02/2011 .....	32
<b>Exigência ambiental a linhas de energia será amenizada</b> - Josette Goulart Valor Econômico – Capa – 17/02/2011 .....	33
<b>Ministra ataca relatório de Aldo para código florestal</b> - Samantha Maia e Caio Junqueira - Valor Econômico – Política – 17/02/2011.....	33
<b>Governo vai afrouxar regras ambientais para agilizar obras</b> – Capa – O Estado de São Paulo – 18/02/2011 .....	35
<b>Governo afrouxa regras ambientais</b> – Marta Salomon – Economia – O Estado de São Paulo- 18/02/2011 .....	35
<b>Belo Monte viabiliza hidrovía no Xingu- Agnaldo Brito</b> – Mercado –Folha de São Paulo – 18/02/2011 .....	36
<b>Usina de Belo Monte viabiliza hidrovía no Xingu</b> - Mercado – Folha de São Paulo – 18/02/2011 .....	37
<b>Governo vai acelerar licenças ambientais</b> – Claudio Angelo – Mercado – Folha de São Paulo – 19/02/2011 .....	38
<b>NESA FECHA CONTRATO PARA BELO MONTE</b> – Mercado – Folha de São Paulo – 19/02/2011 .....	39
<b>Brasil é o novo membro do Painel de Sustentabilidade Global da ONU</b> – Maíesse Gramacho - Sítio Eletrônico do MMA – 21/02/2011 .....	39
<b>Choque ambiental</b> – Opinião – Folha de São Paulo – 22/02/2011.....	40
<b>Brasil necessita de US\$ 400 bi para cortar as emissões de CO2</b> – Sabine Righetti – Ciência – Folha de São Paulo -22/02/2011 .....	40
<b>Rio+20 não pode se tornar arena de acusações, diz ministra Izabella no Quênia</b> - Maíesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 22/02/2011 .....	41

<b>Código Florestal ganha fôlego nos bastidores</b> – Valor Econômico – Política – 23/02/2011 .....	42
<b>Plantar florestas é um bom negócio</b> - Sítio eletrônico da CNA - 25/02/2011 .....	43
<b>Nenhum produtor rural aderiu a programa que anistia desmatador</b> – Marta Salomon – Vida – O Estado de São Paulo – 25/02/2011 .....	45
<b>Estudo do Ipea sugere incentivo a quem não desmata</b> – Ciência – Folha de São Paulo – 25/02/2011 .....	46
<b>Ipea sugere mudar leis ambientais</b> - Valor Econômico – Brasil – 25/02/2011 .....	46
<b>Empresa diz, em 15 dias, se entra em Belo Monte</b> – Mercado – Folha de São Paulo – 26/02/2011 .....	47

**Construtor de Belo Monte desiste de linha do BNDES** – Agnaldo Brito e Fernanda Odila  
– Mercado – Folha de São Paulo- 02/02/2011

Dinheiro não poderia financiar intervenções no local sem a licença definitiva

Empréstimo de R\$ 1 bi saiu em dezembro; empresa vai usar aporte de sócios e buscar captação no mercado

A Nesa (Norte Energia S.A.), empresa que reúne os 18 investidores da usina hidrelétrica de Belo Monte, desistiu do empréstimo-ponte (linha de curto prazo) de R\$ 1,087 bilhão aprovado em 21 de dezembro do ano passado pelo BNDES.

A Folha apurou que a decisão foi tomada na semana passada pela Nesa depois que a direção da empresa tomou conhecimento das condições do financiamento. Cláusula incluída na minuta do contrato aprovado pelos diretores do banco restringiu o uso do dinheiro apenas para pagamento de fornecedores e contratação de prestadores de serviços para projetos e estudos.

A linha de crédito, nos termos da aprovação, não poderia financiar intervenções no local onde será construída a usina antes da licença de instalação definitiva. A Nesa obteve na semana passada apenas uma licença de instalação parcial, dada logo após mudança no comando do Ibama e que já foi questionada pelo Ministério Público Federal.

A empresa queria usar os recursos para bancar os custos do desmatamento de 238 hectares autorizado pelo Ibama e fazer a montagem dos canteiros e dos acampamentos nos sítios de Belo Monte e Pimental, onde serão construídas as duas barragens.

O plano fracassou com a restrição do BNDES.

**PRÓXIMOS PASSO**

Apesar do contratempo, a Nesa mantém o plano para a limpeza das áreas. Para isso, fará uso de recursos injetados pelos 18 sócios.

A Folha apurou que a Nesa usará o aporte de R\$ 500 milhões para a partida no empreendimento.

A empresa buscará outro empréstimo-ponte na rede de bancos comerciais, agora sem as restrições.

Procuradores do Ministério Público Federal do Pará haviam identificado a restrição no uso do recurso na resposta que receberam ao ofício questionando o BNDES sobre as condições do empréstimo.

Se a operação fosse fechada, o MPF iria ingressar com a 11ª ação contra o projeto. A Folha teve acesso ao ofício do banco, que respondeu a 17 questionamentos do MPF.

O detalhe estava sendo tratado como trunfo na batalha jurídica contra a obra. O MPF interpretou a resposta do BNDES como um impeditivo e pretendia usar o documento para tentar proibir qualquer mobilização no local.

Isso até o cumprimento das 40 condicionantes e a concessão da licença de instalação, ainda sem previsão para ser liberada.

O procurador da República do Pará, Ubiratan Cazetta, disse que fará outros questionamentos ao BNDES sobre o financiamento global do empreendimento.

Já a Norte Energia pede um financiamento no valor de R\$ 19,561 bilhões. O MPF ainda quer saber quais os riscos que o BNDES corre ao conceder um empréstimo bilionário. A cifra que será financiada não foi definida.

### **DESMATE DEVE COMEÇAR EM MARÇO – Mercado – Folha de São Paulo – 02/02/2011**

A previsão da Norte Energia é iniciar no mês que vem o desmatamento das áreas onde serão instalados os canteiros e os acampamentos. Neste mês, as construtoras devem apresentar o plano de manejo florestal ao Ibama. A montagem da infraestrutura de apoio para as obras deve ocorrer em abril.

### **Desmatamento na Amazônia volta a crescer – Capa – O Estado de São Paulo – 03-03-2011**

Após registrar amenortaxaem22 anos, o desmatamento da Amazônia teve aumento de 11% entre agosto e dezembro de 2010 ante igual período de 2009. Os números não permitem ainda ver reversão na tendência de queda, mas o governo está em alerta. VIDA / PÁG. A18

### **Desmate volta a crescer na Amazônia – Marta Salomon – Vida - O Estado de São Paulo – 03/02/2011**

Satélites do Inpe indicam aumento de 11% entre agosto e dezembro, revertendo tendência

Nos cinco meses que se seguiram à menor taxa de desmatamento da Amazônia em 22 anos, o ritmo das motosserras na floresta voltou a crescer. Os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicaram aumento de 11% no abate de árvores entre agosto e dezembro de 2010, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Captado pelos satélites do sistema Deter, mais rápido e menos preciso, os números não permitem afirmar, por ora ,que houve reversão na tendência de queda do desmatamento, registrada por dois anos consecutivos. Mas os dados já deixam a área ambiental do governo em alerta.

“Onde há fumaça, há fogo, mas vamos ter de esperar um pouco mais para ver se houve reversão da tendência de queda do desmatamento”, avalia Mauro Pires, diretor de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente. A preocupação maior é com os meses de seca na Amazônia, quando o ritmo das motosserras costuma, tradicionalmente, crescer:“A partir de março, a situação fica mais complicada e o Deter já sinaliza a preocupação”.

Entre agosto e dezembro do ano passado, os satélites registraram o abate de 1.267 km<sup>2</sup> de floresta, o equivalente a 85% da área da cidade de São Paulo. No mesmo período de 2009, o mesmo sistema havia captado o desmatamento de 1.144 km<sup>2</sup>.

“Houve um aumento, mas a base de comparação ainda é prematura e a diferença é pequena”, disse o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. Ele acredita que há motivo para preocupação porque estima-se que o Deter tenha se limitado a captar apenas uma parcela pequena, de cerca de 20%, do desmatamento real. Isso porque os satélites mais rápidos não alcançam o corte de árvores em áreas menores, que, somadas, concentram cada vez mais o maior volume da devastação.

Além disso, os dados referem-se ao período em que a Amazônia costuma estar coberta por nuvens, obstáculos às imagens de satélites. A maioria das áreas desmatadas captadas pelos satélites no final do ano tem mais de 10 km<sup>2</sup> e sofreu corte raso, a forma mais radical de degradação. Nos meses de novembro e dezembro, os Estados de Mato Grosso e do Pará registraram as maiores áreas de degradação da floresta. Em Mato Grosso, mais de metade da área estava coberta por nuvens e, portanto, invisíveis aos satélites. No Pará, a cobertura de nuvens ficou próxima de 80% da área do Estado.

A eventual interrupção na queda do desmatamento da Amazônia, depois de dois anos consecutivos, poria em xeque compromissos de corte das emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global. A meta fixada em lei prevê a redução em 80% do ritmo de desmatamento da Amazônia até 2020, para cerca de 5 mil km<sup>2</sup> de devastação da floresta por ano.

Meta.

Em 2009, o País atingiu antecipadamente a meta prevista para 2015, ao registrar 6.451 km<sup>2</sup> de abate de árvores. Mas uma nova redução é esperada pelas autoridades na taxa anual, que será medida até julho. O desmatamento é responsável pela maior parcela das emissões de gases de efeito estufa.

### **Protocolo de Nagoia sobre biodiversidade é assinado em Nova York – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011**

O Brasil assinou nesta quarta-feira (2/2), na sede das Nações Unidas em Nova York (EUA), o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Oriundos de sua Utilização. Uma vez em vigor, o documento estabelecerá as bases para um regime internacional mais eficaz de acesso e repartição dos lucros obtidos com o uso da biodiversidade e com os conhecimentos tradicionais a ela associados.

A assinatura do Protocolo representa um importante passo para a conservação da biodiversidade em âmbito global, e também na luta contra a biopirataria e pela repartição de benefícios financeiros obtidos com a manipulação e comercialização de material genético extraído da diversidade biológica. O tema é de especial relevância para países megadiversos, como o Brasil, detentores da maior biodiversidade do planeta.

O documento foi adotado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU, realizada em outubro de 2010 em Nagoia (Japão). Sua aprovação representou a conclusão bem-sucedida de um processo de negociação que durou seis anos. Para que entre em vigor, o Protocolo precisa ainda ser ratificado por, no mínimo, 50 países.

Com a assinatura, o Brasil torna-se um dos primeiros países comprometidos a submeter o documento a um processo de aprovação interno (agora, o Protocolo será encaminhado à Casa Civil pelo Itamaraty, para depois ser levado à avaliação do Congresso Nacional), reafirmando seu papel de liderança no âmbito da CDB e o compromisso político que assumiu na conferência.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Bráulio Dias, explica que o País faz questão de ser uma das primeiras nações a ratificar o acordo. "Nós fomos um dos atores-chave na negociação deste Protocolo. O tema é muito importante para um país megadiverso no que se refere à utilização sustentável da biodiversidade, que deve acontecer de forma a respeitar e valorizar os locais fornecedores de matéria-prima e os detentores dos conhecimentos de populações tradicionais", diz.

**Florestas** - No mesmo dia, a ONU realizou o lançamento oficial do Ano Internacional das Florestas, durante a 9ª Reunião do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, que será finalizado no próximo dia 4/2. Durante o evento, os países-membro estão debatendo o papel das florestas nos desafios ambientais, econômicos e sociais contemporâneos.

#### **Deter registra queda de 23,7% no desmatamento da Amazônia em 2010 – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011**

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgados nesta terça-feira (01/02) registram 134,9 km<sup>2</sup> de área desmatada na Amazônia nos meses de novembro e dezembro de 2010. Os números são do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia (Deter), que monitora o bioma por satélite.

Comparando todo o ano de 2010 com 2009, os dados do sistema registram uma queda de 23,7% no desmatamento. O desmatamento, entre janeiro e dezembro de 2009, atingiu uma área de 3.102,9 Km<sup>2</sup>. No mesmo período em 2010 houve uma redução para 2.366 Km<sup>2</sup>.

Entre novembro e março, período de alta incidência de chuvas na Amazônia, a captação de imagens pelo satélite é dificultada pela cobertura de nuvens, prejudicando a análise dos dados individuais, mês a mês. O sistema é utilizado para orientar as ações de fiscalização e repressão ao desmatamento.



O outro sistema que o Inpe adota é o Prodes, usado para medir a taxa anual do corte da floresta.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama reafirmam que todo o esforço será feito para continuar perseguindo as metas de redução do desmatamento. Equipes do Ibama, antes ocupadas com o trabalho de combate às queimadas, foram reorientadas para o trabalho de fiscalização da floresta.

### **Deter registra queda de 23,7% no desmatamento da Amazônia em 2010 – Sítio Eletrônico do MMA – 03/02/2011**

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgados nesta terça-feira (01/02) registram 134,9 km<sup>2</sup> de áreas desmatadas na Amazônia nos meses de novembro e dezembro de 2010. O número são do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real na Amazônia (Deter), que monitora o bioma por satélite.

Comparando todo o ano de 2010 com 2009, os dados do sistema registram uma queda de 23,7% no desmatamento. O desmatamento, entre janeiro e dezembro de 2009, atingiu uma área de 3.102,9 Km<sup>2</sup>. No mesmo período em 2010 houve uma redução para 2.366 Km<sup>2</sup>.

Entre novembro e março, período de alta incidência de chuvas na Amazônia, a captação de imagens pelo satélite é dificultada pela cobertura de nuvens, prejudicando a análise dos dados individuais, mês a mês. O sistema é utilizado para orientar as ações de fiscalização e repressão ao desmatamento.

O outro sistema que o Inpe adota é o Prodes, usado para medir a taxa anual do corte da floresta.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama reafirmam que todo o esforço será feito para continuar perseguindo as metas de redução do desmatamento. Equipes do Ibama, antes ocupadas com o trabalho de combate às queimadas, foram reorientadas para o trabalho de fiscalização da floresta.

### **Energia renovável pode atender 95% da demanda global em 2050 – Andrea Vialli-Planeta – O Estado de São Paulo – 04/02/2011**

A demanda energética mundial poderá ser suprida em 95% por energias renováveis até 2050, segundo um relatório divulgado ontem pela ONG ambientalista WWF e pela consultoria energética Ecofys.

O estudo aponta que até 2050 a demanda energética total poderá ser 15% inferior à de 2005, graças a medidas de economia de energia, apesar da previsão de aumento da população, da produção industrial e do transporte de cargas e de passageiros.

Atualmente, mais de 80% da energia global vêm de combustíveis fósseis, mas o relatório diz que a energia nuclear, os combustíveis fósseis e a biomassa poderão ser praticamente abandonados nas próximas quatro décadas.

Para isso, será preciso reduzir em pelo menos 60% os gastos com calefação de edifícios, por meio da melhora na eficiência energética e do uso de energia solar e calor geotérmico.

O relatório defende também a modernização das instalações elétricas, a adoção de redes inteligentes de transmissão de energia e a prioridade do transporte elétrico. Incentivos financeiros também teriam um papel importante: o estudo estima que serão necessários investimentos de pelo menos € 1 trilhão para aumentar a geração de energia limpa.

### **EUA revisam padrões de qualidade da água** – Planeta – O Estado de São Paulo – 04/02/2011

A EPA, agência ambiental dos Estados Unidos, está revisando os padrões de qualidade da água potável no país. Uma das preocupações da agência são as toxinas encontradas na água, como o perclorato—substância responsável por causar problemas na tireóide e encontrada em vários poços artesianos, principalmente na Califórnia. A EPA também estabelecerá padrões para 16 outras substâncias. Estudos do FDA, órgão que regula alimentos e medicamentos, mostrou que a comida e a água em 45 Estados americanos apresentavam contaminação por perclorato. Outro estudo, de Boston, mostrou que a substância, um resíduo da indústria de armamentos, também contaminou o leite materno.

### **O mercado de Carbono deve reabrir hoje** – Planeta – O Estado de São Paulo – 04/02/2011

A Comissão Europeia, que suspendeu as transações no mercado local de carbono há duas semanas por conta de um roubo de documentos causado por hackers, anunciou que reabrirá hoje os registros nacionais de emissões em cinco países. Alemanha, França, Holanda, Eslováquia e Grã-Bretanha retomarão a partir do início da manhã.

### **Seca de 2010 na Amazônia foi pior que a de 2005** – Afra Balazina – Planeta – O Estado de São Paulo – 04/02/2011

Emissões de CO<sub>2</sub> por causa do apodrecimento de árvores devem ficar próximas do total emitido nos EUA por combustíveis fósseis em 2009

A seca na Amazônia em 2010 foi mais severa e mais generalizada que a de 2005 – que era considerada a mais grave da região nos últimos cem anos.

Estudo de pesquisadores brasileiros e britânicos, publicado na *Science*, indica que a estiagem de 2010 pode provocar a emissão de 5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). A de cinco anos antes emitiu entre 4 bilhões e 4,5 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

Para dar uma idéia do que esses valores significam, os EUA emitiram 5,4 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> em 2009 por causa da queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão. A pesquisa mostra ainda que a seca de 2010 reduziu as chuvas numa área de 3 milhões de quilômetros quadrados da floresta – bem mais do que o 1,9 milhão de km<sup>2</sup> afetados em 2005. Além de mais ampla, a seca de 2010 foi mais intensa, causando maior mortalidade de árvores, e com três grandes epicentros.

A seca de 2005 estava concentrada no sudoeste da Amazônia. O número exato de árvores mortas só será descoberto quando terminarem as medições em campo. Segundo Paulo Brando, um dos autores do trabalho e pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), não é possível calcular quanto tempo a floresta levará para se recuperar.

A pesquisa utilizou informações sobre a quantidade de chuvas na região em uma área de 5,3 milhões de km<sup>2</sup> de floresta. Não foram avaliados outros impactos para a região, como o aumento de queimadas e as dificuldades geradas ao transporte fluvial com o baixo nível de água nos rios.

Decomposição.

O brasileiro explica que a emissão dos gases estufa não ocorre de um dia para outro. Ela pode levar décadas, conforme as árvores que morreram durante a seca forem apodrecendo – ao entrar em decomposição, as árvores liberam o CO<sub>2</sub> para a atmosfera. O fato de as árvores que sobreviveram crescerem menos em razão da estiagem faz com que a Floresta Amazônica perca seu potencial de absorver carbono da atmosfera.

Os cientistas consideram a Amazônia um “sumidouro” de carbono: dizem que ela consegue absorver 1,5 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub> num ano normal. Porém, com base nos novos dados, os cientistas avaliam que, se estiagens extremas como essas se tornarem mais frequentes, os dias da Floresta Amazônica como um tampão natural das emissões de carbono produzidas pelo homem estão contados.

A Amazônia pode passar de um sumidouro para uma fonte de emissão de carbono significativa, ressalta Brando. “Se eventos como esses se tornarem mais frequentes, a Floresta Amazônica chegará a um ponto crítico, no qual deixará de ser um valioso reservatório de carbono para se tornar uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa”, afirma o pesquisador.

De acordo com Simon Lewis, da Universidade de Leeds, um dos líderes do estudo, “a ocorrência de dois eventos dessa magnitude em um intervalo tão curto é extremamente incomum. Mas, infelizmente, coincide com os modelos climáticos que preveem um futuro sombrio para a Amazônia”.

Mudança climática. Daniel Nepstad, do Ipam, que também participou do trabalho, lembra que os modelos climáticos globais sugerem que estiagens na Amazônia se tornarão mais frequentes no futuro em decorrência das emissões de gases de efeito estufa. Para ele, as alterações em ciclos climáticos como o El Niño e o aquecimento do Oceano Atlântico Norte causadas pelas mudanças climáticas também podem aumentar a intensidade e a frequência das secas na Amazônia. / COM REUTERS

**Amazônia teve pior seca em cem anos** – Sabine Righetti - Ciência – Folha de São Paulo - 04/02/2011

Árvores mortas pela seca de 2010 podem liberar quantidade de CO<sub>2</sub> semelhante às emissões dos EUA, diz estudo

Até agora, seca de 2005 tinha sido a pior; se mal interpretados, dados estimulam o desmate, diz cientista do Inpe

A seca de 2010 da Amazônia foi a pior dos últimos cem anos. E a quantidade de CO2 emitido pelas árvores mortas pode ser parecida com as emissões dos EUA. As constatações são de estudiosos britânicos (da Universidade de Leeds) e brasileiros, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). Eles publicaram um artigo na revista "Science".

O grupo de pesquisadores, liderado pelo britânico Simon Lewis, mostrou que a seca de 2010 foi mais intensa e afetou uma área maior que a estiagem de 2005 -até então considerada recorde em várias décadas.

No ano passado, uma área de 3 milhões km2 foi atingida pela estiagem, contra 1,9 milhão km2 em 2005.

Os cientistas fizeram um cálculo do desvio da média de chuvas comuns nas estações secas da Amazônia (chamado de desvio padrão). "A intensidade da seca foi maior em 2010 em relação à média", explica o biólogo Paulo Brando, do Ipam, um dos autores do trabalho.

A segunda parte do estudo, explica ele, verificou quais as consequências dessa seca do ponto de vista dos estoques de carbono. Aí vem a outra má notícia: com as secas, a floresta emitirá mais CO2 do que absorverá.

Os pesquisadores relacionaram os dados de seca de 2010 com o crescimento das árvores (a partir de dados de campo coletados em 2005).

A conclusão foi que a seca do ano passado pode emitir 5 bilhões de toneladas de CO2 para a atmosfera em 2010 e nos próximos anos. Isso não acontece de uma vez, já que a decomposição das árvores mortas é um processo lento.

Para se ter uma ideia do que isso significa: a emissão da queima de combustíveis fósseis dos EUA é de 5,4 bilhões de toneladas por ano. Em condições "normais", estima-se que a Amazônia absorva 1,5 bilhão de toneladas de CO2 da atmosfera.

"A seca de 2010 talvez tenha matado as árvores que já estavam vulneráveis por causa de 2005", explica Brando.

"Pode ser que a floresta se recupere, mas ainda não fomos para campo medir. Ainda temos muito trabalho de campo pela frente", diz. Para o climatologista José Marengo, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), é preciso analisar os dados com cuidado.

"Reduzimos o desmatamento em cinco anos, mas um fenômeno natural deixou nossa absorção de CO2 na estaca zero. Se esses cálculos não forem bem interpretados, poderão ser usados a favor do desmatamento", diz.

Marengo e sua equipe já mostraram que a seca de 2010 reduziu mais os níveis dos rios amazônicos que a estiagem anterior, de 2005.

**Após três anos, desmatamento volta a crescer** – Ciência- Folha de São Paulo – 04/02/2011

O desmatamento na Amazônia cresceu 10% entre agosto e dezembro de 2010 em comparação com o mesmo período de 2009.

Os dados foram divulgados na terça pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com base em imagens de satélite do sistema Deter, que flagra o desmatamento

em tempo real. É a primeira vez desde o fim de 2007 que uma série parcial de dados do Deter indica subida no corte raso na floresta.

Foram 1.236 quilômetros quadrados desmatados entre agosto e dezembro de 2010, contra 1.145 quilômetros quadrados no período anterior. "Isso mostra que eles continuam cortando. Não tem como relaxar ou parar de fiscalizar", disse o diretor do Inpe, Gilberto Câmara.

Ele afirma, porém, que não é possível falar de reversão da tendência de queda.

O ano, excepcionalmente seco, com poucas nuvens, também permitiu enxergar desmatamentos mesmo durante a estação chuvosa, que começa em novembro.

O atual inverno amazônico está bastante chuvoso -em dezembro, por exemplo, só foi possível observar 28% da região, área que estava livre de nuvens.

Uma nova fronteira de devastação se consolida: o triângulo formado pelo sul do Amazonas, sob influência da rodovia BR-319, o norte de Rondônia e o leste do Acre.

### **Cinza da queima do bagaço de cana substitui areia na fabricação de concreto – Venceslau Borlina Filho - Mercado – Folha de São Paulo – 05/02/2011**

A substituição da areia por cinzas da queima do bagaço da cana gerou um concreto 15% mais resistente do que o comum -feito com a mistura de pedra, cimento e areia.

A conclusão faz parte de uma pesquisa do departamento de engenharia civil da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

Segundo o professor responsável pelo estudo, Almir Sales, a mistura pode chegar a 50% do total da areia.

O maior ganho é ambiental, pela conservação dos rios, de onde se extrai a areia, e do solo das usinas.

Sales afirmou que a degradação dos rios com a extração da areia é imensa e que a falta de licenças ambientais para exploração têm deixado o produto mais caro. "Atualmente, até 120 milhões de toneladas de areia de rio são consumidas por ano no Brasil", disse.

Já no caso das usinas, as cinzas se acumulam nos pátios e podem impermeabilizar o solo, além de gerar contaminação ou assoreamento de rios com a chuva.

De acordo com o professor, as usinas produzem cerca de 4 milhões de toneladas de cinzas por ano provenientes da queima do bagaço da cana. Cada tonelada de bagaço, segundo ele, gera cerca de 25 quilos de cinza.

"O trabalho com a queima do bagaço é fantástico na geração de energia, mas e as cinzas que restam? O que fazer com elas? Essa pode ser uma destinação", disse.

### **PROCESSO**

A cinza é processada e peneirada até ficar idêntica a um grão de areia. A mistura com cimento gera um concreto "levemente escurecido", diz Sales, e pode ser utilizada para obras de calçadas, guias e sarjetas.

"Para a construção predial, precisa ter regulamentação da ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas], o que já está sendo tratado", disse o professor.

A pesquisa está em andamento há quatro anos.

O financiamento é da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

**Para presidente, setor elétrico é a espinha dorsal do crescimento** - Valdo Cruz – Cotidiano- Folha de São Paulo – 05/02/2011

A presidente Dilma Rousseff tem verdadeira obsessão pelo setor elétrico. Motivo: depois de trabalhar na área antes e durante o governo Lula, firmou a convicção de que o setor é a espinha dorsal para garantir crescimento econômico de 5% anual em seu mandato.

Estudiosa do setor, Dilma costuma citar o racionamento de energia do governo FHC como falha de planejamento que travou o crescimento da economia do país. Em 2001, o país foi obrigado a implantar um racionamento de energia elétrica que durou nove meses. Resultado: enquanto em 2000 o país havia crescido 4,3%, no ano seguinte o PIB (Produto Interno Bruto) subiu apenas 1,3%, frustrando as expectativas dos tucanos na véspera da eleição presidencial.

Dilma, inclusive, foi escalada ministra de Minas e Energia pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a missão de evitar um racionamento de energia durante seu governo. Não impediu, contudo, o registro de um apagão em novembro de 2009, também na véspera de uma eleição presidencial.

O apagão de Lula atingiu 18 Estados, deixando 88 milhões de pessoas sem eletricidade. Na época, o governo se enrolou ao tentar explicar os motivos do corte de energia, mas fez questão de dizer que a situação era diferente da do período tucano, não sendo necessário fazer um racionamento de energia.

Dilma já era nome certo como candidata do PT à Presidência e, num primeiro momento, o governo evitou que ela falasse com a imprensa. Uma tentativa de preservá-la de um desgaste eleitoral, o que acabou sendo considerado um erro.

Agora, no início de seu governo, Dilma convive com seu primeiro apagão. De dimensões menores do que o do governo Lula, mas de tamanho suficiente para reforçar nela a decisão de ter controle total sobre o setor elétrico e acompanhar de perto os principais projetos.

Ela não quer repetir 2001, quando o crescimento da infraestrutura energética não acompanhou o da economia brasileira. Por isso, considera essencial construir as hidrelétricas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte (região Norte) e evitar gargalos num período em que o Brasil será sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

**BID praticamente dobra crédito para sustentabilidade** – Andrea Murta – Ciência – Folha de São Paulo -08 /02/2011

De acordo com relatório obtido pela Folha, recursos chegaram a US\$ 3,5 bi em 2009

O Banco Inter-Americano de Desenvolvimento aumentou fortemente a destinação de fundos para melhoria ambiental, mudança climática e energias renováveis, chegando ao recorde de US\$ 3,5 bilhões em 2009 -quase o dobro do ano anterior.

Os dados são de um relatório elaborado por um grupo independente comissionado pelo BID para revisar suas ações em sustentabilidade. O texto, obtido pela **Folha**, está sob avaliação pela diretoria do banco e ainda não foi aprovado

O BID deu um salto de US\$ 11,2 bilhões em 2008 para US\$ 15,5 bilhões em seus empréstimos totais em 2009.

Um total de 15 dos 33 empréstimos aprovados em 2009 (aproximadamente US\$ 2 bilhões) estão relacionados a mudança climática e energias renováveis. Outro US\$ 1,8 bilhão foi destinado a projetos sobre água e sistemas sanitários, e US\$ 55,3 milhões foram para gerenciamento de risco de desastres naturais.

Os autores mencionam a necessidade de foco em prevenção e mitigação de desastres, citando o terremoto no Haiti, as enchentes na Colômbia e os recentes deslizamentos no Brasil.

No mesmo período, a cooperação técnica para eficiência energética e energias renováveis, gerenciamento de risco e biodiversidade alcançou US\$ 62,4 milhões. O IAG (Grupo Independente de Assessoria em Sustentabilidade), responsável pelo relatório, diz que a forte recuperação da América Latina no pós-crise é uma oportunidade para o BID cumprir o compromisso de aumentar de 5% para 25%, até 2015, a fatia de empréstimos destinados à sustentabilidade.

O grupo afirma que há vários temas em que o banco precisa se empenhar mais, como biodiversidade e ecossistemas. Além de distribuição de renda, igualdade de acesso a serviços e empregos e inclusão social, considerados "tão cruciais para sustentabilidade como crescimento econômico e gerenciamento de recursos naturais". Os dados de investimentos do BID para 2010 ainda não estão disponíveis -só deverão ser divulgados pelo banco em março.

#### **Para CNA, críticas de ambientalista são Código Florestal não têm base científica- Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011**

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, lamentou há pouco as avaliações de que a atualização do Código Florestal pode provocar nova tragédia como as ocorridas na região Serrana do Rio de Janeiro no mês passado. Para a senadora, as considerações de grupos ambientalistas são feitas em "embasamento científico, de forma infantil".

Em entrevista coletiva para apresentar argumentos técnicos que comprovam ser imprescindível a atualização da legislação ambiental, a presidente da CNA reafirmou que a revisão do Código Florestal, aprovada numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados em julho do ano passado, precisava ser discutida do ponto de vista técnico, científico.

Aos jornalistas, a presidente da CNA apresentou dados que mostram que as áreas de matas e florestas dentro das propriedades cresceu 72,5% no período de 1960 a 2006, de 57,9 milhões de hectares para 99,9 milhões de hectares. Em igual período, a área dos estabelecimentos agropecuários cresceu 32,1%, de 249,8 milhões de hectares para 329,9 milhões de hectares.

Entre 1960 e 2006, a produção de grãos cresceu 503,01%, de 16,6 milhões de toneladas para 100,1 milhões de toneladas, dados que reforçam o compromisso do produtor rural em investir em tecnologias que garantam o aumento da produção, sem que isso represente mais desmatamento. “Os números mostram que a produção cresce por competência e eficiência. Ninguém sai desmatando”, afirmou a senadora Kátia Abreu.

**Presidente da CNA lembra que produção agropecuária depende de segurança jurídica na área ambiental**- Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou há pouco que a produção agropecuária depende de um quadro de segurança jurídica na área ambiental. Lembrou, em entrevista coletiva na sede da CNA, em Brasília, que a entrada em vigor das regras do decreto nº 7.029, de dezembro de 2009, em junho de 2011, trará ainda mais insegurança jurídica para o produtor rural. O decreto prevê, por exemplo, que os produtores só terão acesso ao crédito se averbarem a reserva legal ou aderirem ao Programa Mais Ambiente, do governo federal.

O Banco do Brasil já comunicou aos produtores rurais que vai cumprir o que está previsto no decreto, posição que também deve ser seguida por outros bancos públicos, como é o caso do Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. Os produtores rurais não são contra o Mais Ambiente, mas, explicou a senadora, não há como aderir ao programa e, dessa forma, garantir o acesso às linhas de crédito para financiamento da produção. “As normas e as regras não estão disponíveis. O programa só existe no papel”, afirmou.



Só o Banco do Brasil responde por 20% do financiamento para a safra, que custa, por ano, R\$ 158 bilhões para ser produzida. Os produtores que não cumpriram as regras do decreto não terão acesso às linhas de crédito oferecidas por essa instituição e por outros bancos públicos, o que vai comprometer o cultivo das próximas safras e, de forma conseqüente, a oferta de alimentos. Para a senadora, o maior risco é o de aumento dos índices de inflação, o que tem sido motivo de preocupação nos últimos meses devido à demanda crescente por produtos agrícolas.

A presidente da CNA ressaltou que não é contra a posição dos bancos, que apenas seguem o que está previsto no decreto. Ela reforçou que o impasse em torno do financiamento a partir de junho de 2011 deveria ser solucionado com a aprovação do Projeto de Lei que atualiza o Código Florestal que tramita na Câmara dos Deputados. "Em junho vence o decreto e é absoluta a falta de condição das regras serem cumpridas", afirmou.

#### **Alvo é o Agronegócio**- Sítio Eletrônico da CNA - 08/02/2011

Surpreendidos pelas tentativas de responsabilizar o projeto do novo Código Florestal – e portabela o agronegócio, que o apóia – pela tragédia na região serrana do Estado do Rio, os produtores rurais se dirigem à consciência firme e equilibrada do povo brasileiro e ao senso de análise e capacidade de julgamento dos formadores de opinião da comunidade nacional e internacional, pedindo atenção para os seguintes pontos:

1) editado há 45 anos, o Código Florestal encontra-se dissociado da realidade, trazendo enorme insegurança jurídica ao sistema produtivo do país. Por isso está sendo reavaliado pelo Parlamento de forma pacífica, responsável e democrática. As mudanças previstas visam regularizar a área ocupada pela agropecuária e, ao mesmo tempo, proibir o desmatamento de nossas florestas;

2) além de oportunismo e irresponsabilidade, a tentativa de associar a calamidade às mudanças do Código é uma falsificação indecorosa dos fatos. O projeto em discussão não altera dispositivos legais que tratam de áreas urbanas, remetendo sempre a questão às leis específicas ou aos códigos de obras de cada município. É uma lei federal – de nº 6.766, de 1979 – e não o Código Florestal que trata do parcelamento do solo urbano.

3) os deslizamentos de encostas decorreram de uma sinergia de fatores naturais que vão desde a geologia da serra do mar até a atipicidade do volume de chuvas que caiu naquele período. Qualquer análise feita do problema será capaz de detectar que os fatos já aconteceram - e poderão voltar a ocorrer - em áreas florestadas, tanto agora, como antes. Isso mostra que não há relação entre a calamidade e possíveis desmatamentos em áreas rurais;

4) a ocupação irregular de áreas de risco sob a complacência de autoridades públicas e a ausência de um sistema de prevenção de fenômenos naturais podem ter determinado a lamentável catástrofe de enorme dimensão humana e social. Não há conexão entre os fatos - a ocupação indevida de áreas urbanas e a regulação de áreas rurais -, o que fica clara na simples leitura do projeto do Código Florestal;

5) no momento em que assistimos, solidários, o drama e a dor de milhares de brasileiros atingidos pela adversidade, causa-nos indignação e espanto o inescrupulosos desse episódio para atender objetivos políticos e interesses contrariados do lobby ambientalista, que tem como seu principal alvo o agronegócio, o segmento mais próspero da economia, responsável pelos superávits da balança comercial e que fornece à população a melhor e mais barata comida do mundo;

6) conscientes da responsabilidade que lhes compete, os produtores rurais brasileiros reafirmam perante a sociedade o seu compromisso com a produção de alimentos de forma responsável, tendo como um de seus princípios inalienáveis a sustentabilidade, garantindo a manutenção do País na rota do crescimento econômico com responsabilidade social.

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

SENADORA KÁTIA ABREU Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

**PT elege Código Florestal e Emenda 29 como prioridades - Caio Junqueira - Valor Econômico – Política – 09/02/2011**  
Comissão vai decidir divergências em torno do voto em lista e sigla pode fechar questão no mínimo

De Brasília

A bancada do PT na Câmara dos Deputados vai resgatar temas controversos do fim da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo tanto de iniciar a atual legislatura unida quanto de sinalizar que pretende participar das discussões de políticas públicas no governo da presidente Dilma Rousseff.

Assuntos polêmicos como o novo Código Florestal e o financiamento à saúde serão retomados pela bancada. Em temas mais atuais, como a reforma política, será montada uma comissão interna principalmente para decidir a maior divergência: o voto em lista.

Em outro tópico da atual gestão, o valor do novo salário mínimo, poderá até haver fechamento de questão para evitar dissidências.

“A bancada vai ser unitária. Não vai ter gente para votar contra [o governo]”, disse o presidente do partido, José Eduardo Dutra, questionado sobre a possibilidade de haver, no PT, apoio a propostas diversas da do governo para o valor do salário mínimo.

Ele declarou que o partido poderá fechar questão sobre o assunto, o que, na prática, obriga os parlamentares da sigla a votar com o governo. “Foi proposta aqui que se feche questão. Isso pode acontecer e será visto no momento da votação. Não é para a g o r a”, afirmou ontem, durante seminário da bancada para definir as prioridades da legislatura.

Segundo ele, o deputado Vicentinho (PT-SP), que poderia iniciar uma dissensão na bancada reivindicando valor diverso do proposto pelo PaláciodoPlanalto, garantiuapoio aos R\$ 545 defendidos pelo governo.

Sobre a reforma política, será montada uma comissão interna da bancada para elaborar os pontos a serem negociadoscomos outros partidos. Há consenso sobre o financiamento público de campanha, mas os deputados divergem sobre o voto proporcional, em lista aberta ou fechada. A expectativa, contudo, é de que haja apoio à lista fechada, como defende o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É a forma que o PT sairia beneficiado”, disse um deputado.

Os petistas também buscam consenso sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que define a participação da União, Estados e municípios no financiamento da saúde. É unânime na bancada que é preciso buscar uma nova fonte de financiamento para o setor. A maioria avalia que o melhor caminho para isso é a aprovação da Contribuição Social da Saúde (CSS), uma espécie de nova CPMF e cuja discussão está inserida na regulamentação da emenda 29. Sua alíquota é de 0,1% sobre a movimentação financeira (a CPMF era de 0,38%) e a estimativa é que sejam arrecadados aproximadamente R\$ 15 bilhões por ano.

Outras possibilidades, porém, também foram aventadas. O remanejamento de recursos da União para a Pasta da Saúde; a expectativa de crescimento do PIB e conseqüente aumento da receita da União; um novo imposto sobre cigarros e a utilização de recursos do imposto sobre operações financeiras (IOF), cuja alíquota aumentou recentemente para conter a entrada de capitais no país. Os deputados decidiram se reunir com o ministro da Saúde,

Alexandre Padilha, para tratar do assunto.

Além da saúde, o PT também vai retomar a discussão sobre o Código Florestal. “As recentes ocorrências no Rio de Janeiro abriram a necessidade de analisar os termos como ele foi aprovado”, afirmou João Paulo Cunha (PT-SP). Alguns petistas alegam que o código permite a construção de residências em áreas de declive próximo à encostas, o que aumentaria o risco de tragédias.

O relator do texto, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), já afirmou que se trata de uma interpretação equivocada.

Para o líder da bancada, Paulo Teixeira (PT-SP), a revisão de temas polêmicos acabará sendo uma forma de assegurar a participação dos 88 deputados do PT na elaboração de políticas públicas do governo Dilma Rousseff. “Queremos ser uma bancada de governo que também incida sobre as políticas de governo para que nos momentos mais duros estejamos juntos também”, afirmou o líder do PT na Câmara, Paulo Teixeira.

Disse também que “o princípio geral é o da unidade política”.

#### **Governo admite plantio em área protegida – Claudio Angelo – Ciência – Folha de São Paulo – 10/02/2011**

Proposta de alteração no Código Florestal do ministério do Meio Ambiente, porém, exclui anistia a desmatadores

Dilma quer impedir a aprovação de projeto mais radical de reforma da lei florestal, do deputado Aldo Rebelo

O governo prepara uma proposta de flexibilização do Código Florestal que prevê o plantio em áreas de preservação permanente para a agricultura familiar e exclui qualquer anistia a desmatadores.

A base da proposta foi elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente e está neste momento sendo discutida com outras pastas.

A presidente Dilma Rousseff, que se comprometera na campanha a não anistiar desmatamentos, encarregou a ministra Izabella Teixeira de costurar um consenso entre ruralistas e ambientalistas.

A ideia é impedir a aprovação do polêmico projeto de reforma do código do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), que tem votação em plenário marcada para o mês que vem.

Segundo os ambientalistas, o texto de Rebelo é conivente com o desmatamento, ao propor, por exemplo, que áreas desmatadas até 2008 sejam isentas de multa. Os ruralistas pressionam pela mudança imediata do código, argumentando que a lei atual criminaliza o setor produtivo e atrapalha a produção de alimentos.

Um decreto presidencial de 2009 determina multa para fazendeiros que não estiverem em conformidade com a lei. Sua entrada em vigor vem sendo prorrogada há mais de um ano -a nova data é 11 de junho.

"Noventa e cinco por cento das propriedades brasileiras vão entrar na ilegalidade", diz o deputado federal Marcos Montes (DEM-MG).

"A punição já está havendo, por falta de crédito", continuou. O Banco do Brasil já anunciou que só terá financiamento quem cumprir o código ou aderir ao programa de regularização do governo, o Mais Ambiente.

O texto do ministério é um contra-ataque ao argumento ruralista de que vai faltar comida para o brasileiro se o projeto de Rebelo não passar. Ele facilita a agricultura familiar em áreas proibidas pelo código atual.

Ele permite, por exemplo, agricultura sazonal em várzeas, criação de gado em campos naturais e plantio em topos de morro de até 100 m de altura.

Também admite que pequenas propriedades possam somar a área de preservação permanente no cálculo de sua reserva legal (área de floresta que não pode ser desmatada), e admite agropecuária em margens de rios de até 5 m de largura.

O ministério procura ainda neutralizar outro argumento dos ruralistas, o de que quem desmatou a mais quando a lei permitia não pode ser punido. Pela proposta em debate, quem provar que desmatou quando a lei permitia ficará isento de reposição. Ruralistas como Montes admitem negociar alguns pontos da lei.

Mas o texto do Ministério do Meio Ambiente não resolve ainda o principal problema imediato do setor: as multas a partir de julho. Ele remete a regularização ao programa Mais Ambiente, que só existe em três Estados.

Uma fonte do setor ambiental ouvida pela **Folha** afirmou que, se a proposta passar como está, será difícil evitar ações judiciais de fazendeiros multados.

#### **PECUÁRIA QUER MELHORAR A IMAGEM DO PAÍS** – Mercado –Folha de São Paulo – 11/02/2011

A CNA promoverá seminário internacional, em Mato Grosso do Sul, para melhorar a imagem externa. Entre as medidas estão a demonstração da sustentabilidade ambiental da pecuária bovina, as questões sanitárias e o controle contra o trabalho escravo.

#### **Serviço Florestal e setor produtivo ampliam diálogo sobre concessões** – Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2011

O Serviço Florestal Brasileiro e o setor madeireiro paraense têm ampliado o diálogo entre si a fim de criar melhores condições de participação da iniciativa privada nos

processos de concessão florestal. O potencial de áreas para concessão no Pará supera os 2,6 milhões de hectares nos próximos anos.

Em reunião ocorrida na quarta-feira (9/2) em Belém, entre governo federal, estadual, associações do setor e instituições financeiras como o BNDES e o Banco da Amazônia (Basa), foram colocados pontos-chave para o crescimento da atividade no estado.

Uma das principais reivindicações dos empresários é a redução do preço mínimo a ser pago pelo metro cúbico de madeira extraída da floresta concedida, o que, segundo eles, permitiria que os concorrentes dessem âgio maior no preço e investissem mais na proposta técnica, que corresponde a 60% da pontuação na licitação para concessão e envolve, entre outros itens, número de empregos locais que serão gerados, investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade e maior eficiência na atividade florestal.

Também foi sugerido estabelecer uma taxa de retorno mínima do investimento durante os 40 anos do contrato e de debitar do valor pago ao Serviço Florestal o custo de abertura de estradas para escoar a produção. A maior parte das áreas para concessão no Pará está na região de influência da BR-163, onde há necessidade de abrir vias de ligação entre o local do manejo e a rodovia mais próxima.

Os representantes do setor madeireiro alegam que o impacto da crise econômica, a queda das exportações e a desvalorização do dólar diminuíram o caixa das empresas e descapitalizaram o setor. Ao direcionar parte da produção para o mercado interno, houve queda nos preços pelo aumento da oferta, e este se tornou mais um gargalo para o crescimento do setor. Os representantes enfatizaram que a madeira, que sempre foi o segundo item na pauta de exportações do estado, pela primeira vez perdeu lugar para bovinos vivos.

Segundo o diretor de Concessões Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro, Natalino Silva, as sugestões do setor produtivo serão analisadas e poderão contribuir para o aperfeiçoamento dos editais previstos para este ano, que devem ofertar pelo menos 700 mil hectares nas florestas nacionais do Crepori, de Altamira e de Saracá-Taquera.

"As concessões só podem existir se houver empreendedores interessados e queremos criar condições para ampliar a participação do setor produtivo, pois a concessão movimentará a economia, gera renda para a população local, promove o desenvolvimento e mantém a floresta em pé", afirma.

**Financiamento** - A reunião entre governo, bancos e setor produtivo deixou clara a necessidade de linhas de crédito específicas para concessão florestal que permitam ao setor estar mais capitalizados para concorrer a uma concessão.

O representante do Basa, Valdecir Tose, sugeriu que seja encaminhado à instituição um conjunto de informações que trate do assunto, uma vez que o Banco tem foco na sustentabilidade e já trabalha com linhas de crédito para reflorestamento e sistemas

agroflorestais, por exemplo. Embora as concessões florestais sejam uma política ambiental nova, iniciada em 2007, tanto o Basa quanto o BNDES sinalizaram a possibilidade de analisar as demandas para financiamento em concessões.

### **Processo de capitalização via BNDES interessa ao setor**

A entrada da empresa de participações do BNDES, a BNDESPAR, no capital de uma das primeiras empresas a operar uma concessão florestal federal, a Amata, chamou a atenção do setor madeireiro, que vislumbrou mais claramente a oportunidade de obter recursos por meio de sociedade com agentes financiadores, e não apenas mediante financiamento.

Segundo Fernando Rieche, da Área de Meio Ambiente do BNDES, a BNDESPAR tem hoje uma participação acionária em mais de 100 empresas, abertas e fechadas, de diferentes tamanhos e este é o primeiro investimento em capitalização no setor florestal com o manejo da Amazônia de forma sustentável, segundo o conhecimento do Banco.

"Estamos com uma visão cada vez mais crescente de que é possível aliar retornos econômicos a desenvolvimento sustentável, e a melhor forma de explorar a Amazônia é realmente usar o potencial que a floresta tem ficando em pé. O manejo florestal sustentável tem essa característica", afirma o economista.

O empresário João Carlos Malinski, 50 anos, 32 deles na atividade madeireira, afirmou que iria repensar sua visão em relação às concessões após a abertura do diálogo com mais força entre Serviço Florestal e os madeireiros na reunião realizada no Pará, e da "porta que se abre" com a capitalização da empresa concessionária.

"Eu entendo que isso [*a concessão florestal*] é o futuro do setor, mas para essa engrenagem funcionar, precisamos sentar numa mesa e encontrar os parâmetros para dar essa viabilidade econômica que todo mundo espera", afirmou. "Marco essa reunião como um divisor de águas. O nosso futuro depende das concessões."

*Fonte: Serviço Florestal Brasileiro*

### **Polêmica emperra novo Código Florestal- Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011**

Votação marcada para março deve atrasar por causa de novas discussões  
Reforma se arrasta no Congresso desde 1999; setores ambientalistas e ruralistas não chegam a acordo sobre mudanças

A polêmica reforma do Código Florestal ganhou novos capítulos no começo deste ano, o que deve atrasar ainda mais sua votação no Congresso Nacional. Peça-chave da legislação ambiental brasileira, o Código Florestal disciplina o uso do solo

no país, mas é considerado ultrapassado tanto por ambientalistas quanto por produtores rurais.

Enquanto uns argumentam que o código, instituído em 1965, não protege adequadamente as florestas nem é preparado para questões ambientais contemporâneas, outros dizem que a legislação é proibitiva e prejudica a produção alimentícia. A falta de consenso entre os polos diretamente envolvidos explica por que a reforma do Código Florestal se arrasta há 12 anos na Câmara e parece não ter prazo para terminar.

A reforma foi originalmente proposta em outubro de 1999 pelo ex-deputado federal Sérgio Carvalho (PSDBRO), morto em 2003.

O projeto, cozinhado em banho-maria durante dez anos, passou a tramitar em regime de prioridade no final de 2009, mas nem isso garantiu a aprovação em plenário.

## IMPASSES

A versão do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), relator na comissão especial criada para cuidar do tema em 2009, desagradou especialmente a ambientalistas. "A proposta piora muito a situação ambiental", afirma Sandra Cureau, subprocuradora-geral da República.

Antonio Carlos de Macedo, da Sociedade Rural Brasileira, rebate: "Se o projeto for aprovado, poderemos abandonar o 'Frankenstein' que é o atual código e discutir o futuro da ocupação do solo".

Rodrigo Carvalho de A. Lima, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, pondera que "o substitutivo tem elementos importantes, mas talvez sejam necessários ajustes".

"A reforma não pode perder a oportunidade de criar um mercado moderno de compensação que traga a recomposição e a proteção de áreas ambientais no país, mantendo regiões produtivas importantes", diz Lima.

Para tentar resolver o impasse, o governo prepara uma versão alternativa de reforma do Código Florestal.

Na prática, isso deve atrasar a votação da proposta de Aldo, que estava marcada para ocorrer em março.

Além disso, representantes da comunidade científica finalizam um estudo que pretende oferecer embasamento da ciência para muitas das questões técnicas abordadas pelo Código Florestal, o que possivelmente vai reabrir as discussões.

As chuvas do começo do ano também acrescentaram nova dificuldade ao imbróglio. O estrago na região serrana do Rio de Janeiro acirrou o debate sobre os efeitos que as mudanças poderão ter em zonas urbanas.

## CIDADES

Conforme reportagem da **Folha** mostrou (16/1), algumas das mudanças propostas no substitutivo de Aldo afetam as cidades, ampliando risco de desastres.

O projeto elimina a proteção assegurada pela legislação em vigor a topos de morros, o que liberaria a ocupação dessas áreas, hoje feita de maneira irregular. Além disso, o projeto reduz pela metade a faixa de proteção às margens de rios pequenos, aumentando o risco de enchentes.

Aldo Rebelo afirma que "o espírito do projeto foi não tocar na questão urbana, mantendo inalterada a legislação específica das cidades. A preocupação foi regularizar pequenos produtores", diz.



No entanto, para Ana Maria Nusdeo, professora de direito ambiental da USP, não é bem assim: "É verdade que as leis específicas não foram alteradas, mas as modificações nas APPs têm implicações diretas nas cidades".

É que topos de morros e margens de rios são consideradas APPs (áreas de preservação permanente), e, segundo o projeto de Aldo, suas definições aplicam-se a zonas rurais e urbanas.

De acordo com a procuradora Sandra Cureau, a proposta de Aldo ainda peca por um terceiro motivo relacionado às cidades. "O projeto perde a oportunidade de dar um basta à ocupação em áreas de encostas. Em vez disso, acolhe a legislação que hoje permite a regularização dessas situações", diz.

Objetivamente, Aldo manteve a proteção garantida a encostas, mas especialistas questionam a vulnerabilidade delas sem a preservação do topo de morro.

O projeto alternativo que o governo prepara retoma a proteção a topos de morros, montes, montanhas e serras, desde que com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°

**Proposta é avanço e precisa ser votada logo, diz senadora** – Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), afirma que a produção de alimentos será atingida se a reforma do Código Florestal não for aprovada logo.

Folha- A sra. acha que são necessárias mudanças no atual Código Florestal brasileiro?  
Kátia Abreu - Sim. Se as atualizações no texto do Código Florestal, propostas pelo substitutivo do deputado Aldo Rebelo [PC do B-SP], não forem aprovadas pelo Congresso até 12 de junho deste ano, 90% das propriedades rurais brasileiras terão suas atividades embargadas e ficarão na ilegalidade. A produção de alimentos será duramente atingida, com graves consequências econômicas e sociais. Culturas tradicionais, como o arroz do Rio Grande do Sul e grande parte do café de Minas, deverão ser erradicadas. Qual a sua avaliação sobre o substitutivo do deputado Aldo Rebelo?  
A proposta tem o mérito de restabelecer o quadro de segurança jurídica no campo. Ouviu a todos e buscou embasar o novo texto na ciência, adequando o Código Florestal a uma nova realidade.

É fundamental, por exemplo, que a legislação consolide as áreas tradicionalmente ocupadas pela atividade rural, sem estimular o desmatamento de novas áreas. A suspensão do desmatamento em áreas de floresta é um dos grandes avanços do projeto. É imprescindível que o projeto seja votado logo?

Sim. Ao fixar regras mais claras, sua aprovação proporcionará as condições para que a agropecuária brasileira continue apresentando ganhos de qualidade e de produtividade, reforçando a preservação ambiental.

A aprovação do novo texto na Câmara permitirá que se cumpra a tramitação antes de 12 de junho, prazo final estipulado pelo decreto 7.029/09, que colocará na ilegalidade a maior parte dos produtores rurais do país.

A reforma do Código Florestal afeta as cidades ou vale apenas para ambientes rurais? O texto vale sobretudo para as áreas rurais. Nos poucos pontos que dizem respeito às áreas urbanas, remete para a legislação específica.

**Projeto é uma afronta para quem respeita a lei, diz ambientalista** – Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011

O jornalista Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, diz que projeto do deputado Aldo Rebelo não deveria ser votado nunca.

Folha - O sr. acha que são necessárias mudanças no atual Código Florestal brasileiro? Roberto Smeraldi - Sim. Primeiro, o território e as próprias florestas não são mais aqueles de 1965, quando foi construído o código. Segundo, porque o código atual, para efeito de implementação, depende totalmente de capacidade de comando e controle, que é muito precária.

E terceiro, porque em 1965 o tema da recuperação dos passivos não era essencial, mas agora é, e o código não contém mecanismos de incentivo para recuperar. Qual a sua avaliação sobre o substitutivo do deputado Aldo Rebelo? É uma nova versão de propostas que o Congresso não aprovou nas legislaturas anteriores, baseadas na lógica da anistia, de aceitar o fato consumado. Ela enfraquece o código de 1965 e mina sua credibilidade, mas sem sequer modernizar sua lógica. A proposta representa uma afronta para os produtores que respeitam a lei e dá um recado aos infratores: façam o que quiserem, pois sempre haverá novo perdão. Além disso, está cheia de armadilhas de redação para esvaziar a norma, como no caso dos rios. E é demagógica, ao propor algo impossível de garantir, como suspensão de autorizações de desmatamento por cinco anos.

É imprescindível que o projeto seja votado logo?

Sinceramente, acho que este projeto nunca deveria ser votado. É coisa de legislatura passada. É hora de construir um código pensando no futuro, não para adaptar o país ao que já ocorreu. O governo está preparando um substitutivo, vamos ver como vai pautar a discussão.

A reforma do Código Florestal afeta as cidades ou vale apenas para ambientes rurais? Afeta, sim, por duas razões. Primeiro, mexe com categorias que se aplicam ao meio rural e urbano, como a APP. Segundo, muitos problemas que afetam áreas urbanas, a partir de assoreamento, inundações etc., têm origem na área rural.

**Governo prepara projeto alternativo de Código Florestal** – Cotidiano – Folha de São Paulo – 13/02/2011

Diante do impasse formado em torno da aprovação da reforma do Código Florestal, o governo elabora um projeto alternativo ao apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Os principais pontos da proposta foram elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente para serem discutidos com as outras pastas.

O novo texto deve reestruturar os pontos mais criticados no projeto de Aldo. Entre eles, a anistia a produtores rurais que desmataram até 2008.

Para os ambientalistas, a medida é conivente. Já os ruralistas alegam que o processo de criminalização aos produtores prejudica a produção de alimentos.

O projeto do governo reintroduz as áreas acima de 1.800 metros e topos de morros como áreas de preservação permanente.

Para o governo, o projeto de Aldo, da forma como foi aprovado, aumenta as possibilidades de enchentes e deslizamentos por não incluir essas áreas como sendo de preservação.

O novo texto facilita a agricultura familiar em áreas proibidas pelo código atual, como agricultura sazonal em várzeas.

Outra reclamação dos ruralistas que deve mudar diz respeito à punição de quem desmatou a mais quando a legislação permitia.

Pela proposta em debate, quem provar que desmatou quando a lei permitia ficará isento de reposição.

### **Demoranaaprovação do CódigoFlorestalpoderáprejudicar a produção de alimentos, dizSenadoraKátia Abreu- Sítioeletrônico da CNA - 14/02/2011**

A produção agropecuária brasileira será prejudicada se a proposta de atualização do Código Florestal não for votada logo no Congresso Nacional. Como consequência, o consumidor brasileiro, que ampliou seu poder de compra nos últimos anos, terá menor oferta de alimentos e aumento exacerbado dos preços.

O alerta foi feito pelo presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, em pronunciamento nesta segunda-feira (14/2), na tribuna do Senado, para defender a aprovação do relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), que aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados, para então seguir para discussão entre os senadores.

Se o texto não for votado até 12 de junho deste ano, quando entrarem vigor o Decreto 7.029/2009, cerca de 90% das propriedades rurais brasileiras terão suas atividades embargadas e ficarão ilegais. O texto do decreto condiciona a liberação de crédito à averbação de áreas de reserva legal nas propriedades rurais, deixando muitos produtores sem financiamento para as lavouras da safra 2011/2012. “Essas áreas de reserva legal, em muitos casos, não existem, porque muitas áreas de produção foram abertas, com financiamento do próprio governo, antes de ser criada a

exigência da reserva legal”, justificou a senadora.

Para a presidente da CNA, o decreto tem sido motivo de insegurança jurídica e aprovação do substitutivo de Aldo Rebelo seria o caminho para acabar com esse quadro, pois vai consolidar e regularizar as áreas de produção nas propriedades rurais do Brasil. Kátia Abreu também esclareceu que a proposta de atualização do Código Florestal não permitirá novos desmatamentos, uma vez que um dos seus dispositivos proíbe a abertura de novas áreas por cinco anos. “Não vamos aumentar o desmatamento com o relatório. Temos áreas suficientes hoje para triplicar a produção de grãos e quadruplicar a produção de carne”, afirmou.

A presidente da CNA também rebateu as acusações de que o produtor rural é o “vilão” do desmatamento. Ela mostrou dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam crescimento de 32,1% dos estabelecimentos agropecuários e um aumento de 72,5% das áreas de florestas no período de 1960 a 2006. Neste mesmo período, completou a senadora, a produção de alimentos cresceu mais de 500%, mostrando o compromisso do produtor rural com a preservação ambiental. “O produtor não vive sem água, não vive em áreas com erosão, nem locais com a biodiversidade desequilibrada”, reforçou. No entanto, ressaltou, com a demora na aprovação da atualização do Código e a vigência do Decreto 7.029, o produtor será obrigado a substituir áreas consolidadas de arroz, feijão, café, cana, pecuária, entre outras atividades, por mais florestas.

A senadora Kátia Abreu explicou, também, que graças ao desempenho do agronegócio, o saldo comercial brasileiro se manteve positivo nos últimos 10 anos, e o segmento responde hoje por 24% do Produto Interno Bruto (PIB), um terço dos empregos com carteira assinada gerados no País e mais de 40% das exportações. Lembrou, ainda, que a decisão do Brasil de se tornar auto-suficiente na produção de comida fez com que o País deixasse de importar comida cara de outros países, reduzindo a parcela da renda familiar destinada à alimentação de 48% para 18%, em 40 anos. “Com a comida barata, o brasileiro come hoje 36 quilos de carne por ano. Há países onde não se come nem um quilo”, disse a presidente da CNA.

## **Presidente da CNA reforça necessidade de aprovação da atualização do Código Florestal proposto por Aldo Rebelo - Sítio eletrônico da CNA - 14/02/2011**

A atualização do Código Florestal brasileiro vai garantir a continuidade da produção agropecuária nacional e legalizar a atividade desenvolvida por 90% dos produtores rurais que estão em áreas já consolidadas. Essa necessidade de mudança da lei ambiental foi discutida pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, em reunião hoje, em Brasília.

Após o encontro, a presidente da CNA afirmou que se for mantida a exigência “irracional” de ambientalistas de que é necessário substituir áreas cultivadas com arroz e feijão por floresta nativa, a área plantada com grãos e ocupada com a pecuária vai diminuir e os preços dos alimentos vão subir. “Será que é isso que a sociedade quer?”, questionou. Ela lembrou que o debate sobre o novo Código Florestal precisa ser feito de forma racional, com base em informações técnicas.

Para reforçar esse entendimento, a senadora levou ao ministro da Agricultura dados que reforçam a necessidade de alteração da legislação ambiental. Mostrou que as constantes mudanças na lei, nos últimos anos, ampliaram ainda mais o quadro de insegurança jurídica no campo, impasse que será equacionado com a aprovação do relatório do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), em tramitação na Câmara. Na Amazônia, por exemplo, um produtor que desmatou antes do ano 2000, época em que a reserva legal era de 50%, não será obrigado a se adequar ao índice atual, de 80%, se o texto do relator for mantido.

Na reunião, a presidente da CNA também detalhou ao ministro levantamento feito pela CNA a partir de dados de Censos Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra o crescimento em 72,5% das áreas de florestas nas propriedades rurais brasileiras. De acordo com o estudo, a área dos estabelecimentos agropecuários cresceu 32,1% entre 1960 e 2006, de 249,8 milhões de hectares para 329,9 milhões de hectares. No mesmo período, a área de florestas dentro das propriedades aumentou de 57,9 milhões para 99,9 milhões de hectares. “Não precisamos de mais desmatamentos. Com a área que temos hoje é possível triplicar a produção de grãos e quadruplicar a produção de carne”, afirmou.

A presidente da CNA lembrou ao ministro que as regras do Decreto 7.029, de 2009, entram em vigor em junho deste ano, depois de vários adiamentos. O texto estabelece que só terão acesso ao Sistema Nacional de Créditos produtores rurais que averbarem a reserva legal ou aderirem ao Programa Mais Ambiente, criado pelo governo federal para regularização de propriedades rurais. Reiterou que aderir ao programa ou averbar a reserva legal é um “filme de ficção”, pois a burocracia impede que o processo seja concluído. Só no Mato Grosso, há mais de cinco mil processos de produtores que querem o georreferenciamento de suas propriedades, mas que não conseguem legalizar a situação de suas fazendas.

ROSSI – Após reunir-se com a presidente da CNA, o ministro Wagner Rossi, afirmou que a expectativa é que o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) seja votado no Plenário da Câmara dos Deputados em março. Para ele, devido à importância do setor, o agronegócio mereça atenção do Congresso Nacional. Ele disse, ainda, que é preciso eliminar qualquer tensão que possa comprometer a atividade no campo.

#### **Ministério pressiona contra texto de Aldo - Caio Junqueira – Valor Econômico – Política – 15/02/2011**

O Ministério do Meio Ambiente vai levar ao Palácio do Planalto uma proposta de revisão do Código Florestal que resgata temas controversos excluídos do relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovado em uma comissão especial da Câmara dos Deputados em julho de 2010.

Integrantes do ministério elegeram os “pontos de conflito” entre o que defendem os ambientalistas e a proposta que deve ir a plenário até a primeira quinzena de março e entregaram o relatório à ministra Izabella Teixeira, que trabalha para convencer o Palácio a bancar as alterações.

Elas poderiam ser ou encaminhadas ao Congresso dentro de um novo projeto de Código Florestal ou serem patrocinadas informalmente por parlamentares via emendas quando o relatório de Aldo for à votação, algo que a bancada do PT já se propôs a fazer.

Ciente dessa movimentação, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, contatou o Palácio do Planalto para tentar barrar o avanço dos ambientalistas. Conseguiu do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, a garantia de que ele vai intermediar uma reunião nos próximos dias entre Rossi e a ministra do Meio Ambiente. A intenção do ministro da Agricultura é que o relatório de Aldo seja votado, pelo menos nos pontos em que há consenso entre ruralistas e ambientalistas. Onde isso não ocorrer, busca-se a convergência.

Mantendo-se o impasse, o plenário da Câmara decide no voto.

A tendência é que o Planalto siga nessa linha, o que evitaria problemas com os extremos da ampla base de apoio do governo— do PCdoB de Aldo ao PMDB do vice-presidente Michel Temer que, aliás, é o responsável pela indicação de Rossi na Agricultura ainda desde o governo passado.

Essa solução não deixaria exposta a possibilidade de um grande revés logo no início do governo, tendo em vista a dimensão da bancada ruralista na Câmara. Só a Frente Parlamentar da Agropecuária tinha, no final da última legislatura, 233 dos 513 deputados e 34 dos 81 senadores.

Daí porque o Meio Ambiente quer que o Palácio banque as alterações.

No estudo que chegou na mesa da ministra Izabella Teixeira, alguns pontos do relatório de Aldo são considerados “de conflito” e precisariam ser enfrentados mediante uma “decisão política” de Dilma. O principal deles é a isenção de área de reserva legal para qualquer imóvel de até quatro módulos fiscais. Outro é o que elimina das áreas de proteção topos de morro e áreas com altitude acima de 1,8 mil metros. Há também insatisfação com a transferência para os Estados da competência legal de estabelecer o índice mínimo de incidência e regime de uso das reservas legais.

Ocorre que a revisão desses pontos não é aceita pelos ruralistas, o que já antecede a tensão com que eles serão negociados no governo e no plenário. “Não vamos abrir mão dos quatro módulos fiscais, não vamos discutir reserva permanente, sem chance de negociar a competência dos Estados como ela está colocada no relatório”, afirmou o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que presidiu a comissão especial de revisão do Código Florestal. Ele diz ainda que a Casa não vai “tolerar” uma eventual “intromissão” do Executivo no Legislativo. “Não é possível termos um documento discutido e jogarmos fora. O governo tem que aprender a respeitar o Congresso”, disse ele, que defende o mesmo que o ministro da Agricultura: buscar o consenso e resolver as divergências no voto. “Temos maioria absoluta no plenário”, declara.

Deputados do PT não concordam e devem reunir hoje, pela primeira vez, o grupo de trabalho idealizado na reunião da bancada na semana passada que discutirá as alterações no relatório de Aldo Rebelo. O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que já na comissão especial do código apresentou voto em separado do de Aldo, deve liderar os trabalhos. “Temos o código em vigor, temos a proposta aprovada na comissão e temos o nosso voto em separado. É isso tudo que vai entrar em negociação, com o PT apresentando emendas de acréscimo ou de retirada”, afirmou.

**Cientistas criticam novo Código Florestal** – Claudio Angelo – Ciência – Folha de São Paulo -17/02/2011

Projeto que está na Câmara é atacado em documento da SBPC e da ABC, principais grupos científicos do país

Para pesquisadores, redução das áreas de preservação é ruim para a própria agricultura; ruralistas discordam

As duas principais organizações científicas do país publicam nos próximos dias um aguardado relatório sobre a nova versão do Código Florestal Brasileiro. O texto deve esquentar mais ainda o debate sobre a lei no Congresso.

No documento, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a ABC (Academia Brasileira de Ciências) dirão que as áreas de preservação permanente, como matas em margens de rio, não podem ser alteradas.

A flexibilização dessas áreas está prevista no texto que segue em análise na Câmara dos Deputados.

Na verdade, continuam os especialistas, a lei atual dá a elas menos proteção do que elas precisam hoje. Essa proteção apenas diminuiria.

De acordo com os cientistas, tanto essas áreas quanto as reservas legais precisariam ser mantidas e recompostas para o bem da própria atividade agrícola. Isso porque culturas como o café, soja e maracujá, por exemplo, dependem de 40% a 100% dos polinizadores que se abrigam nesses locais.

Os cientistas dirão também que o Brasil tem terras de sobra para a expansão da agropecuária, bastando para isso mudar a política agrícola, e que também é possível recuperar as áreas desmatadas de forma irregular.

#### **DOCUMENTO**

Um sumário executivo do relatório, elaborado por um grupo de 17 pesquisadores, foi postado na semana passada na homepage da SBPC ([www.sbpcnet.org.br](http://www.sbpcnet.org.br)).

Segundo o documento, obtido pela **Folha**, "os dados científicos disponíveis e projeções indicam claramente que o país pode resgatar eventuais passivos ambientais, sem prejudicar a produção e a oferta de alimentos, fibras e energia".

As conclusões têm tudo para irritar a bancada ruralista no Congresso, que tem insistido em dizer que faltarão terras para a produção caso a lei de proteção às matas, de 1965, não seja suavizada.

Nesta semana, por exemplo, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), afirmou a secretários da Agricultura dos Estados que a área para a agropecuária pode encolher em 20 milhões de hectares em dez anos.

Isso aconteceria caso os proprietários fossem obrigados a recompor a reserva legal (área da propriedade que deve permanecer como vegetação nativa). O deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), autor do projeto em análise na Câmara, disse que examinará "qualquer documento que a SBPC mandar". "Vou confrontá-lo com outras opiniões", declarou.

Para Paulo Adário, do Greenpeace, o documento põe fim ao "sequestro da ciência" pelos ruralistas.

"Vinham dizendo que os ambientalistas não tinham base científica para defender o que defendiam. O documento inverte essa equação", conclui Adário.



**Exigência ambiental a linhas de energia será amenizada** - Josette Goulart Valor Econômico – Capa – 17/02/2011

O governo federal vai editar em breve um decreto para simplificar o licenciamento ambiental de empreendimentos de transmissão no país. No início do ano, a presidente Dilma Rousseff pediu rapidez no procedimento, pois os gargalos no setor começam a ameaçar o fornecimento de energia. O decreto está sendo elaborado pelos ministérios do Meio Ambiente e das Minas e Energia. A usina de Dardanelos, no Mato Grosso, com capacidade para 300MW, por exemplo, está pronta, mas não tem como escoar sua energia. Quase 7.000 mil km de linhas de transmissão e dezenas de subestações estão com obras atrasadas, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Grande parte devido à demora na obtenção de licenças ambientais. A maior preocupação gira em torno das usinas do rio Madeira. Uma fonte graduada do governo federal conta que o retorno do investimento em Jirau está seriamente comprometido em função do atraso da licença para a linha que vai conectar a hidrelétrica ao Sistema Interligado. A usina já trabalha com a possibilidade de começar a operar somente em julho de 2012, com três meses de atraso.

Além disso, os dois linhões que vão ligar Porto Velho (RO) a Araraquara (SP) sequer começaram a ser construídos, apesar da usina de Santo Antônio começar a operar no fim deste ano. Inicialmente, a energia será escoada por meio de linhas regionais, que têm capacidade reduzida. A intenção é reduzir significativamente as exigências do Ibama para esses empreendimentos. Eles passarão a ser considerados de médio e não de grande impacto, fazendo com que as exigências sejam parecidas com as de grandes usinas como Belo Monte. Não só obrigações ambientais serão simplificadas, como também as sociais — que fazem parte dos processos de licenciamento. Os linhões do Madeira atravessam o país e os construtores precisam apresentar relatórios sobre o impacto na fauna de cada região e sobre comunidades indígenas, além de investir em saneamento em 50 municípios, a título de compensação social. Também a transmissão da usina Teles Pires, que foi licitada no ano passado com a menor tarifa do país, precisa ser equacionada, já que o empreendimento tem menos de quatro anos para entrar em operação. O leilão de transmissão sequer foi realizado. A Aneel já cogita propor uma inversão do cronograma e realizar os leilões de transmissão antes da licitação das hidrelétricas. No processo do Madeira, por exemplo, a agência considerava um prazo máximo de um ano para a obtenção das autorizações. As linhas foram licitadas em 2008 e até agora não foram liberadas as licenças de instalação. Valor Econômico [http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id\\_...](http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_...) 1 de 1 15/6/2011 13:05

**Ministra ataca relatório de Aldo para código florestal** - Samantha Maia e Caio Junqueira - Valor Econômico – Política – 17/02/2011

Frente Ambientalista elege votação como prioridade

De São Paulo e Brasília A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi enfática ontem, durante coletiva de imprensa em São Paulo, ao defender que as principais bandeiras do movimento ruralista presentes no projeto de alteração do Código Florestal Nacional, relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), não deverão ser aceitas pelo governo federal. Segundo ela, pontos como a anistia a desmatadores e a redução de áreas preservadas precisam ser discutidas na tentativa de estabelecer “novas bases”. “Não dá para anistiar quem desmatou sabendo que estava fora da lei. Isso tem que estar claro”, disse a ministra após encontro com empresários do setor de infraestrutura. Outro ponto polêmico do projeto de novo Código Florestal, que elimina das áreas de proteção topos de morro, foi rechaçado pela ministra. “Topo de morro tem que ser reserva”, diz ela. Um dos argumentos do ministério contra a proposta dos parlamentares é o embate do novo código com outras políticas do governo federal. “Não posso ter algo que inviabilize a nossa política de mudanças climáticas, por exemplo”, diz ela. A proposta do governo já está em discussão desde meados do ano passado, mas ainda não há data para ser apresentada. Segundo a ministra, os pontos estão sendo discutidos com os ministros envolvidos com o tema. A proposta não deve ser um projeto substitutivo, segundo a ministra, nem uma revisão da proposta dos parlamentares, mas sim uma ampliação do debate. “Eu não uso a palavra flexibilização. O que estamos fazendo é a tentativa de construir novas bases para uma política de Código Florestal que seja recepcionada por todas a sociedade.” Apesar de a ministra do Meio Ambiente afirmar que a proposta do governo é uma questão de diálogo, o enfrentamento com os pontos mais polêmicos mostra que será difícil um acordo com os deputados. “Nossa preocupação é manter o que existe hoje”, disse ela em relação às áreas que estão sob proteção ambiental (APP) e reserva. O grupo de deputados ligado ao agronegócio está se movimentando na busca de apoio de secretários estaduais e os parlamentares estão trabalhando para adiantar a votação do projeto. A ministra defende o que chama de “agricultura sustentável”, e diz não ver riscos de redução de áreas cultiváveis conforme argumentam os agricultores. Segundo a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), caso o projeto de lei em tramitação no Congresso não seja aprovado, a agropecuária brasileira deve perder, nos próximos dez anos, 20 milhões de hectares de área produtiva. Izabella diz que há uma preocupação do governo em colocar em pauta na proposta também a questão das cidades, olhando o problema da ocupação de encostas de morros. “Basta ver o que aconteceu no Rio de Janeiro. Vejam quais são as áreas que foram levadas pelas águas e vejam se não são áreas de preservação. Valor Econômico [http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id\\_...](http://valor.ideavalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_...) 1 de 2 15/6/2011 13:07 A realidade nos mostra que tem um sentido haver as APPs”, diz ela. Em janeiro deste ano, a região serrana do Rio sofreu com fortes deslizamentos de terra em áreas urbanas, que levaram à morte mais de 800 pessoas. A bandeira da revisão do relatório do Código Florestal ganhou força ontem, em Brasília, com o relançamento da Frente Ambientalista da Câmara dos Deputados. Os deputados que integram a Frente querem evitar que a proposta seja votada em março, como prometeu o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), durante sua campanha para a Mesa Diretora da Casa. “A nossa prioridade número um é o Código Florestal, porque a proposta que saiu da comissão especial alarga as possibilidades de d e s m a t a m e n t o”, disse ontem o deputado Sarney Filho (PV-MA), coordenador da Frente. Novamente, a tragédia fluminense é usada como argumento para a revisão. No entanto, informalmente, os deputados ambientalistas admitem que a tentativa é de reverter as derrotas para os ruralistas na comissão especial de 2010. Dentre os principais aspectos a serem revistos está a isenção de desmatamento em áreas de reserva

legal para qualquer imóvel de até quatro módulos fiscais. O presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), participou do relançamento da Frente e anunciou a criação de uma comissão de negociação entre ruralistas e ambientalistas para discutir o relatório de Aldo, que está pronto para ser votado em plenário. Valor Econômico [http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id\\_...](http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_...) 2 de 2 15/6/2011 13:07

### **Governo vai afrouxar regras ambientais para agilizar obras – Capa – O Estado de São Paulo – 18/02/2011**

Pacote de decretos promoverá ‘choque de gestão’ na área de licenciamento, reduzindo prazos e custos

Um pacote de decretos promoverá o que vem sendo entendido no governo como “choque de gestão” na área de licenciamento ambiental, com regras mais simples e redução de prazos e custos.

Os decretos vão fixar novas normas por setores, e os primeiros a passar por reforma serão petróleo, rodovias, portos e linhas de transmissão de energia. Em algumas obras, como a pavimentação de rodovias, não serão mais exigidas licenças, mas uma simples autorização do órgão ambiental. Essa regra não atinge, porém, rodovias na Amazônia, como a polêmica BR-319, localizada em área preservada da floresta. O pacote de decretos deverá ainda reduzir o custo de exigências do Ibama. ECONOMIA / PÁG. B1

### **Governo afrouxa regras ambientais – Marta Salomon – Economia – O Estado de São Paulo- 18/02/2011**

Pacote de decretos que será anunciado após o carnaval vai simplificar licenças e reduzir prazos e custos para acelerar projetos em várias áreas

Um pacote de decretos promoverá o que vem sendo entendido no governo como “choque de gestão” na área de licenciamento ambiental, com regras mais simples e redução de prazos e custos. Os decretos vão fixar novas normas por setores, e os primeiros a passarem por reforma serão petróleo, rodovias, portos e linhas de transmissão de energia.

Em algumas obras, como o asfaltamento de rodovias, não serão mais exigidas licenças, mas uma simples autorização do órgão ambiental. Essa regra não atinge, porém, rodovias na Amazônia, como a polêmica BR-319, localizada numa área bastante preservada da floresta.

Listada entre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a rodovia enfrenta resistências na área ambiental pelo risco de aumentar o desmatamento na Amazônia. Sinais de aumento do ritmo das motosserras nas proximidades da BR-317 reforçam essas resistências.

Além de acelerar a liberação de licenças com regras mais claras e menos burocracia, o pacote de decretos deverá reduzir o custo de exigências do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O custo médio dessas exigências,

que incluem até a urbanização e a instalação de saneamento de cidades, é estimado entre 8% e 10% do preço total dos empreendimentos. Em alguns casos, supera 15%.

Atrasos. A área ambiental é alvo de críticas no governo por supostamente impor atrasos nos cronogramas de empreendimentos. Mudanças nas regras vêm sendo negociadas desde o fim do governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas a edição dos decretos pela presidente Dilma Rousseff é prevista apenas para depois do carnaval.

O licenciamento de hidrelétricas não passará por mudanças neste momento. Essa é uma das áreas mais complicadas na agenda do governo Dilma Rousseff.

O Plano Decenal de Energia prevê a construção de cinco grandes usinas em áreas de conservação ambiental no Pará. As hidrelétricas do Complexo Tapajós, com potência estimada em 10,5 mil MW (megawatts), quase uma Belo Monte, deverão alagar uma área de 1.980 km<sup>2</sup>, 30% maior que a cidade de São Paulo.

Um dos decretos cujo texto já foi aprovado pelo Planalto acelera o licenciamento de linhas de transmissão de energia. O objetivo é impedir que a energia a ser gerada pela hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira (RO), por exemplo, não possa ser distribuída por atraso no licenciamento da linha de transmissão.

Na área de petróleo, o número de licenças – que hoje pode chegar a 12 para cada projeto – será reduzido. A intenção é facilitar a exploração do pré-sal, sem abrir mão de critérios de segurança dos empreendimentos, proporcionais ao impacto ambiental dos projetos.

### **Belo Monte viabiliza hidrovía no Xingu- Agnaldo Brito – Mercado –Folha de São Paulo – 18/02/2011**

Barragem cria condições para navegação no médio Xingu; proposta foi ignorada durante discussão do projeto

Incluídas no estudo de impacto ambiental, eclusas vão permitir o transporte em escala de grãos e de minérios

A construção da usina de Belo Monte, no Pará, pode viabilizar -após a formação do reservatório- a expansão da hidrovía do baixo para o médio Xingu. O lago da usina criará um desvio do maior obstáculo para a navegação na região, os cem quilômetros de rio com leito rochoso chamado de "os pedrais".

A formação do reservatório dentro da Volta Grande do Xingu, onde atualmente existem só propriedades rurais, permitirá a navegação. Embora viável, a discussão do tema ainda não apareceu.

A viabilidade da transposição foi incluída nos estudos de impacto ambiental apresentados ao Ibama. O trabalho não chegou a ser discutidos nas audiências públicas.

A Eletronorte, subsidiária da Eletrobras que assina o estudo, aponta três arranjos diferentes para a construção das eclusas (espécie de elevador que permite às embarcações transpor barragens).

Caso seja construído, o conjunto viabiliza a transposição das embarcações no degrau de 95 metros que passará a existir entre o canal de navegação do baixo Xingu e o reservatório da usina.

As eclusas foram dimensionadas para receber comboios de até 200 m de comprimento e 24 m de largura.

A profundidade do canal será de 3 m, suficiente para o trânsito de comboios com até 2,5 m de calado (parte submersa das embarcações).

O trecho navegável no baixo Xingu tem 298 quilômetros (de 1.815 km de extensão) e conecta Belo Monte (onde há um terminal da Petrobras) ao rio Amazonas. Os estudos feitos pela Eletronorte são preliminares. Não informam, por exemplo, quantos quilômetros seriam adicionados à hidrovia, tampouco o potencial de carga.

## **COBRANÇA**

A inclusão de estudos prévios de eclusas em projetos hidrelétricos virou cobrança do setor hidroviário.

Todos os construtores de usinas precisam apresentar à ANA (Agência Nacional de Águas) pelo menos um pré-estudo do aproveitamento hidroviário do rio que será barrado. É condição para que o empreendedor obtenha a outorga de uso da água. A expansão da hidrovia do Xingu pode conectar a região centro-norte de Mato Grosso a uma nova opção de escoamento agrícola. Boa parte da safra de um dos maiores Estados produtores do país sai por caminhões para Santos (SP) e para Paranaguá (PR). A região do Xingu não é produtora de grãos, mas tem potencial mineral. No entorno de Altamira, por exemplo, já foram identificados potenciais reservas de bauxita, matéria-prima do alumínio - indústria só viável com grande oferta de energia.

A Nesa (Norte Energia S.A.), responsável por Belo Monte, refuta a ideia da hidrovia devido aos obstáculos, mas o Ministério dos Transportes diz que o rio Xingu integrará o Plano Hidroviário Estratégico do governo. As prioridades agora são as hidrovias do Teles Pires/ Tapajós e do Tocantins.

Telma Monteiro, coordenadora de energia para a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, acompanha o assunto pela perspectiva socioambiental e critica a ausência da hidrovia na discussão ambiental.

"Não sou contra a hidrovia. A questão é que o assunto é citado no estudo da usina e apontado como viável. Com a hidrelétrica pronta, a questão vira fato consumado e de repente aparecerá um projeto hidroviário no médio Xingu sem que ninguém tenha se dado conta", diz.

## **Usina de Belo Monte viabiliza hidrovia no Xingu - Mercado – Folha de São Paulo – 18/02/2011**

A construção da Usina de Belo Monte, no Estado do Pará, pode viabilizar a expansão da hidrovia do baixo para o médio Xingu.

O lago da usina criará um desvio do maior obstáculo para a navegação na região, os cem quilômetros de rio com leito rochoso chamado de "os pedrais".

A formação do reservatório dentro da Volta Grande do Xingu, onde hoje existem só propriedades rurais, permitirá a navegação. Embora viável, a discussão do tema ainda não apareceu.

A expansão da hidrovia do Xingu pode conectar a região centro-norte de Mato Grosso a uma nova opção de escoamento agrícola.

Boa parte da safra de um dos maiores Estados produtores do país sai por caminhões para Santos (São Paulo) e para Paranaguá (Paraná).

A Nesa (Norte Energia S.A.), responsável por Belo Monte, refuta a ideia da hidrovia devido aos obstáculos, mas o Ministério dos Transportes diz que o rio Xingu integrará o Plano Hidroviário Estratégico do governo.

**Governo vai acelerar licenças ambientais** – Claudio Angelo – Mercado – Folha de São Paulo – 19/02/2011

Ideia é que cada tipo de obra tenha regras específicas; hoje, há uma norma única para todo tipo de instalação

Ministra afirma que não haverá redução do número de exigências; projeto era articulado desde o governo Lula

O governo prepara para depois do Carnaval um grande pacote de flexibilização dos licenciamentos ambientais, com o objetivo de acelerar obras de infraestrutura e a exploração do pré-sal.

Chamado pelo governo de "choque de gestão ambiental", o pacote consistirá de uma série de decretos regulando o licenciamento de rodovias, petróleo (dois decretos), portos, linhas de transmissão de energia elétrica e hidrovias.

Numa segunda etapa, ainda neste ano, serão flexibilizadas ferrovias e mineração. Hidrelétricas, por enquanto, estão de fora do "choque".

O objetivo é aplicar a cada tipo de obra regras específicas, em vez da regra única existente hoje, e evitar atrasos como o das linhas de transmissão das hidrelétricas do rio Madeira.

"Não é diminuir exigências, é rever quais informações são relevantes para o licenciamento", disse a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente). A simplificação das licenças era articulada desde o final do governo Lula. No ano passado, foi publicada uma instrução normativa que facilitava o licenciamento de termelétricas.

Assinada por Teixeira, ela desfaz em parte exigências impostas por seu antecessor, Carlos Minc, que exigia que as térmicas plantassem árvores para compensar 100% de suas emissões de carbono.

Uma das mudanças em discussão é a isenção de licenciamento para duplicação de rodovias.

## **NÚMERO DE LICENÇAS**

Outra mudança será a redução do número de licenças necessárias para a exploração de petróleo.

Hoje, cada uma das quatro fases da atividade (sísmica, prospecção, produção e descomissionamento) demanda três licenças, ou seja, até 12 licenças para um poço.

O problema, explica um especialista do setor, é que o mero ato de fixar uma sonda para testar um poço já é uma operação de exploração de petróleo, sujeita aos mesmos tipos de impacto e aos mesmos acidentes que a exploração comercial -portanto, as licenças acabam sendo redundantes.

No caso de linhas de transmissão, estuda-se a possibilidade de dispensa de inventários de biodiversidade, que chegam atrasar os projetos em um ano e dobrar custos.

Em troca, o setor elétrico deve bancar um programa de pesquisa em biodiversidade.

#### **NESA FECHA CONTRATO PARA BELO MONTE – Mercado – Folha de São Paulo – 19/02/2011**

A Norte Energia S.A. assinou ontem contrato com o consórcio construtor da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). O valor do contrato será de R\$ 13,8 bilhões. O consórcio será formado por Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e outras sete empreiteiras.

#### **Brasil é o novo membro do Painel de Sustentabilidade Global da ONU – Maiesse Gramacho - Sítio Eletrônico do MMA – 21/02/2011**

A ministra Izabella Teixeira aceitou o convite feito há alguns dias pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para compor o Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global. Além do Brasil, Barbados também passa a integrar o painel, com o primeiro-ministro Freundel Stuart. Os novos membros participam da próxima reunião do colegiado, marcada para os dias 24 e 25, na Cidade do Cabo (África do Sul).

Criado em agosto de 2010, o painel é focado na discussão de oportunidades e desafios do desenvolvimento sustentável. Ele reúne personalidades renomadas mundialmente para formular um novo projeto de desenvolvimento para o Planeta.

Reconhecendo que as alterações climáticas, a escassez de água, a perda da biodiversidade, a destruição de ecossistemas e as mudanças nos padrões demográficos e de consumo exigem novas abordagens para garantir o alcance dos Objetivos do Milênio, o painel pretende explorar abordagens para a construção de uma economia 'verde', de baixo carbono, capaz de erradicar a pobreza e garantir vida digna para todos.

#### **Agenda**

Nesta segunda-feira (21/2), a ministra Izabella participa, em Nairóbi (Quênia), do Fórum Global de Ministros de Meio Ambiente e da 26ª Sessão do Conselho de Administração do PNUMA, que é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Na quarta-feira (23), a ministra segue para a África do Sul, onde participa, nos dias 24 e 25, da reunião do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global da ONU. Em seguida, Izabella parte para Nova Déli, na Índia, para o quinto encontro do BASIC - grupo de países formado por Brasil, África do Sul, Índia e China -, que ocorre de 25 a 28 de fevereiro.

## **Choque ambiental – Opinião – Folha de São Paulo – 22/02/2011**

Levanta suspeitas plano ministerial de lançar por decreto pacote para acelerar o licenciamento de grandes projetos de infraestrutura

Causa apreensão o anúncio pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) de que se encontra em gestação um "choque de legislação ambiental" para depois do Carnaval. O objetivo seria acelerar processos de licenciamento ambiental, alvo de queixas frequentes de representantes do setor empresarial, sobretudo em ramos com forte impacto sobre a natureza, como energia elétrica e petróleo.

Uma série de decretos estaria em preparo para acelerar obras de infraestrutura e a exploração do pré-sal. Segundo o MMA, não se cogita afrouxar exigências, mas apenas rever quais informações seriam de fato relevantes para o licenciamento de tipos diversos de atividade. O retrospecto dos últimos anos, contudo, autoriza considerar a ressalva do ministério com alguma reserva.

Ninguém ignora que o licenciamento ambiental no Brasil pode arrastar-se por meses e até anos. Em casos complexos, como hidrelétricas que alagam centenas ou milhares de quilômetros quadrados de florestas, a minúcia na avaliação ambiental tem sua justificativa. São obras de longo prazo, que podem acomodar o necessário rigor sem maior prejuízo.

Noutras situações, as exigências alcançam proporções bizantinas. Não raro, chegam a ponto de travar ou atrasar investimentos importantes para o desenvolvimento, como os que envolvem infraestrutura logística -estradas, ferrovias, dutos e portos. Um exemplo é o da exploração de petróleo. Cada uma de suas quatro fases de implantação (sísmica, de prospecção, de produção e de desativação) exige três licenças, ou 12 no total, para um só poço. E o que é pior, com alto grau de redundância nas informações solicitadas em cada etapa.

Cabe ao governo encontrar o ponto de equilíbrio entre os vários interesses em conflito. A economia e a sociedade precisam de mais energia e de estradas muito melhores do que as hoje existentes. Necessitam, porém e igualmente, de prevenção e remediação para danos ambientais.

O balanço entre um imperativo e outro pode, por vezes, ser obtido por meio de compensações. Em 2009, o MMA -sob pressão constante do setor de geração de energia termelétrica- fez incluir no processo de licenciamento o compromisso de neutralizar com plantio de árvores parte da contribuição da queima de combustíveis para o aquecimento global. Nova grita levou o governo federal a revogar a medida em 2010.

O governo Lula atravessou dois mandatos sob a suspeita constante de inclinar-se a favor mais de grandes obras questionáveis -como a transposição do São Francisco, a usina de Belo Monte e o trem-bala- do que da cautela ambiental. Cabe à nova administração corrigir rumos e procurar investir no equilíbrio virtuoso e racional entre as demandas. Montar um pacote de decretos no recesso dos gabinetes brasilienses não parece o melhor modo de fazê-lo.

**Brasil necessita de US\$ 400 bi para cortar as emissões de CO2 – Sabine Righetti –**  
Ciência – Folha de São Paulo -22/02/2011

Investimento seria até 2030, afirma estudo do Banco Mundial



O Brasil vai precisar de dinheiro -muito dinheiro- para reduzir significativamente as emissões de CO2 até 2030. Pelas contas do Banco Mundial, divulgadas ontem, serão necessários US\$ 400 bilhões até 2030.

O dado faz parte de um estudo que teve início em 2007, financiado pelo banco e feito por especialistas de instituições como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e universidades públicas brasileiras.

Foram realizadas modelagens em quatro grandes áreas responsáveis pela poluição da atmosfera: solo (agropecuária), resíduos, energia e transporte.

Os especialistas calcularam quanto custaria investir em tecnologias limpas nesses setores, substituir práticas consideradas poluidoras e aumentar áreas florestais. Por exemplo, no setor de transporte, a redução da emissão de gás carbônico. poderia ser feita pelo aumento da malha ferroviária (de carga e urbana). No setor energético, o empenho para desenvolver energias limpas, como a dos ventos, é considerado importante.

O dinheiro para tudo isso, de acordo com Christophe de Gouvello, do Bando Mundial, poderia sair do governo e de negociações internacionais -como o fundo verde criado na última conferência da ONU sobre o clima, que deve gastar US\$ 100 bilhões anuais em tecnologias limpas a partir de 2020.

O setor agrícola é um dos desafios do país. O Brasil é recordista mundial de emissão de metano, um dos mais poderosos gases do efeito estufa, pela atividade pecuarista.

Para Luís Gustavo Barioni, agrônomo da Embrapa que participou do estudo, investir em tecnologias limpas no setor é urgente porque o consumo de carne está crescendo com o enriquecimento de países emergentes

### **Rio+20 não pode se tornar arena de acusações, diz ministra Izabella no Quênia - Maïesse Gramacho – Sítio Eletrônico do MMA – 22/02/2011**

"A Rio+20 não deve se transformar em uma arena de acusações. Porém, devemos discutir abertamente as falhas que enfrentamos hoje, em relação ao que decidimos fazer em 1992." A avaliação foi feita pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em discurso proferido ontem (21/2) em Nairóbi (Quênia), onde participa da reunião do Fórum Global de Ministros de Meio Ambiente.

No evento, Izabella foi a principal oradora de mesa-redonda que debateu o processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012. A conferência marca os vinte anos da Rio 92, evento que estabeleceu uma nova base para a avaliação internacional das relações entre proteção ambiental, crescimento econômico e justiça social.

"Ao nos aproximarmos do vigésimo aniversário desse evento histórico e dos avanços tornados possíveis, temos a oportunidade de refletir sobre o que conquistamos e o que ainda precisa melhorar", disse a ministra em seu discurso. A mesa-redonda contou, também, com a participação do diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, e do secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang.

Para Izabella, manter o compromisso político assumido à época é essencial. "Desde 1992, muitos desafios internacionais urgentes surgiram, e, não raro, tiraram a prioridade do desenvolvimento sustentável. No entanto, vemos uma necessidade crescente de iniciativas

globais, regionais e nacionais, e também notamos os custos crescentes de modelos de produção e consumo insustentáveis", observou.

De acordo com a ministra brasileira, a Rio+20 irá se defrontar com condições sociais, ambientais e econômicas específicas, que demandarão soluções criativas. "Devemos encontrar caminhos para tornar realidade a visão de 1992."

**Preparação** - Em seu discurso no Fórum de Ministros, Izabella Teixeira frisou que o foco da Rio+20 será no desenvolvimento sustentável, não no meio ambiente isoladamente. "Entendemos que os problemas globais que algumas vezes são vistos com ambientais são, na realidade, problemas de desenvolvimento, que requerem uma abordagem mais integrada em suas soluções", disse. "É com essa perspectiva que o PNUMA deve trabalhar para a Rio+20", recomendou.

A ministra destacou a importância da atuação do Pnuma no processo preparatório para a conferência, mas disse que o papel da instituição não será cumprido, "caso opte por trabalhar com uma perspectiva ambiental limitada, sem a consideração plena do desafio do desenvolvimento sustentável".

Em seu discurso, Izabella também reforçou a necessidade de o Pnuma continuar fornecendo elementos para discussão, inclusive nas áreas dos dois temas principais da Rio+20: economia verde e governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

"Esses são temas que são vistos como divisores e sobre quais devemos nos debruçar para juntos desenvolvermos abordagens nas quais os países possam se reconhecer, e reconhecer suas necessidades. Qualquer abordagem que aumente o fosso entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento será inaceitável, tornando impossível o consenso necessário para uma conferência exitosa em 2012", concluiu a ministra.

**Código Florestal ganha fôlego nos bastidores** – Valor Econômico – Política – 23/02/2011  
Congresso Com aval do Planalto, ruralistas negociam texto ‘c o n c i l i a t ó r i o’ com a ministra do Meio Ambiente

Rejeitada em parte pela bancada ruralista e quase totalmente por deputados ambientalistas, a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro ganhou fôlego no jogo de bastidores. De forma reservada, os ruralistas costuram um novo texto para complementar e ajustar o polêmico relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Os ruralistas abriram um canal direto de negociação com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. E têm aval do Palácio do Planalto e dos principais líderes partidários da Câmara, boa parte deles com origem no campo. Sob orientação da presidente Dilma Rousseff, as conversas evoluíram, alguns consensos surgiram e um texto “c o n c i l i a t ó r i o” deve ser apresentado na “comissão de entendimento” criada pelo presidente da Câmara, Marco Maia (PT). A comissão deve sugerir as mudanças até abril. O objetivo da convergência política é garantir a votação do novo Código Florestal, em vigor desde 1965, no plenário da Câmara em abril. Para isso, haveria concessões a ambos os lados. As principais alterações, ainda sob avaliação, seriam restringir a compensação ambiental em áreas dentro do mesmo Estado onde ocorreu a derrubada da vegetação original. A “a n i s t i a” aos desmatadores teria uma data de corte menos ampla, podendo ser 2001, quando foi editada a medida provisória que alterou a Área de Proteção Permanente (APP). Quem desmatou até essa data, teria tratamento diferenciado dos demais. Assim, as áreas consolidadas seriam

garantidas e a lei não retroagiria para punir ninguém. Nas negociações entre ruralistas e o governo, estão as APPs em margens de rios. Essas áreas poderiam voltar a ter um mínimo de 30 metros ao invés dos 15 metros previstos no relatório Aldo Rebelo. E as APPs teriam que ser recompostas. O governo ofereceria linhas de crédito a juros baixíssimos para garantir essa obrigação. Alguns topos de morro podem voltar a ter proteção total a desmatamentos. Até aqui, porém, perdura o embate em um tema central: as áreas de reserva legal (RLs). O Meio Ambiente aceita a soma das RLs com as APPs. Também topa dispensar a recomposição de RLs até os 80% previstos na atual legislação na Amazônia. Esse índice poderia ficar em 50% das áreas. Além disso, ficaria dispensada essa recomposição em municípios onde mais da metade do território for coberto por unidades de conservação (UCs). Mas o Meio Ambiente não aceita, de forma nenhuma, a isenção de RLs em áreas até quatro módulos rurais (de 20 a 100 hectares). Os ruralistas também são irredutíveis em mexer nesse item. Eis aí um tema que pode ser levado a voto no plenário da Câmara. Outro ponto de divergência é a concessão de poder de legislar sobre o assunto aos Estados. Isso também deve ser objeto de votação. Mas uma outra proposta une a ala ambiental do governo aos interesses ruralistas: o pagamento por serviços ambientais a quem mantiver as áreas verdes preservadas. Mas o governo quer o mecanismo para incentivar a manutenção das áreas, e não como indenização aos Valor Econômico [http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id\\_...](http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_...) 1 de 2 15/6/2011 14:04 proprietários rurais. Os ruralistas contam, ainda, com um forte apoio das lideranças partidárias da Câmara. Vários líderes têm militância ruralista. No PSDB, Duarte Nogueira (SP) tem forte base rural eleitoral. O PDT é comandado pelo ruralista Giovani Queiroz (PA). E o PP tem o deputado Nelson Meurer (PR) como líder da bancada. “É um fato inédito e temos que aproveitar o momento político”, disse o deputado Moacir Micheletto (PMDBPR). O líder do seu partido, Henrique Alves (PMDB-RN), também declarou apoio às teses ruralistas. Mas como terá eleições para a Presidência da Câmara em 2013, Alves pode tentar uma posição de “e q u i d i s t â n c i a”. O goiano Jovair Arantes (PTB) e o mineiro Lincoln Portela (PR) também fecharam questão com os ruralistas. Em audiência com a bancada do PDT na Câmara, o relator Aldo Rebelo afirmou que há espaço para negociações com o Meio Ambiente. “Vamos fazer um esforço pelo consenso. Vamos negociar o que for possível e votar”, afirmou aos deputados cujo líder é o ruralista Giovani Queiroz (PA). Rebelo rejeitou a costura de um projeto de lei ou MP do governo. “Não acredito que o governo mande um projeto de lei ou uma medida provisória porque tem as portas abertas com o relator”, disse. Em seminário em outra sala da Câmara, parlamentares e militantes ambientalistas criticaram a proposta de Aldo Rebelo e tentaram radicalizar na defesa do atual Código Florestal. “O Aldo fugiu do debate, ignorou a ciência para falar aos deputados do PDT”, acusou o diretor do Instituto O Direito por um Planeta Verde (IDPV), André Lima. O deputado Aldo Rebelo afirmou não ter sido convidado pelos ambientalistas para debater o tema. “Já demos muita trela para essa gente de ONGs”, rebateu. Valor Econômico [http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id\\_...](http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_...) 2 de 2 15/6/2011 14:04

“Nósestamospresenciandosituaçõescomo a morte de pastagensnaregiãonorte e, nesse caso, o plantio de florestas é umaalternativa”.Estafoi a frasequeiniciou a participação do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MatoGrosso do Sul - FAMASUL, Eduardo Riedel, naabertura do "3º Seminário Plantar Florestas é um BomNegócio". O eventoocorreunestaquinta-feira, 24 defevereiro, emCoxim, no MatoGrosso do Sul. Reideldestacouaimportância da cadeiaprodutiva da seringueira e do eucalipto, partindo da perspectiva de que a silviculturaalavanca o agronegócio do Estado.

O seminário "Plantar Florestas é um BomNegócio" é umainiciativa do PanielFlorestal, realizadopela FAMASUL com o apoio do SENAR/MS. Aotodo, foramdezpalestras com osprincipaisnomes do setor, dentreeles, a palestrainternacional do argentino Martin Sanchez Acosta, especialistaemprocessamento de madeira sólida da América Latina. Elefalou, principalmente, sobreaexperiência do desenvolvimento regional na Argentina baseado no uso do eucalipto.

De acordocom a secretaria da produção e turismo (Seprotur), Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, presente no evento, o desenvolvimento do setorflorestalpode trazer ao Estado novasoportunidades de investimento. “Grandesempresas de papel e celuloseestão se instalandoaqui. A silvicultura é uma das atividadesquepodetrazer um novo olharparaessaregião.É umaótimaopção.Temos a soja, mas precisamos de outraatividade”, ressaltou.

Segundo Riedel, o crescimento da silvicultura no Estado deveestarialinhadoaosobjetivos das instituiçõesrepresentativas de classe. “Nóssabemos da pujança do agronegócio, mas muitasvezesosprodutores se sentemforadessesucesso. Nossoobjetivo é buscarconhecimento, rendaparaosprodutores e o desenvolvimento do Estado. As instituições têm a obrigação de buscar e construirssaalternativaparaosprodutoresrurais” salientou.

No evento, tambémforamabordadasalgumasinformaçõessobremercado, linhas de financiamento e crédito, além de conceitostécnicospara o sucesso do plantio de florestas, enfatizando o conjunto de condiçõesquetornamMatoGrosso do Sul um ambiente favorável e atrativoparainvestidores no setor.

**Dados** - O Brasil é responsável por apenas 1% da produção mundial de borracha natural e consome 380 mil toneladas por ano. Em 12 anos está prevista a duplicação do consumo. 70% da borracha consumida pelos brasileiros é importada.

**Nenhum produtor rural aderiu a programa que anistia desmatador** – Marta Salomon – Vida – O Estado de São Paulo – 25/02/2011

Mais de um ano depois de ter sido criado pelo governo e a pouco mais de três meses para o fim do prazo extra que os produtores rurais ganharam para regularizar suas propriedades, livres de multas, o Programa Mais Ambiente não deslanchou. Até ontem, não havia registro de nenhum produtor rural que tivesse assinado o termo de adesão ao programa.

O Mais Ambiente, lançado por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2009, prevê a suspensão do pagamento de multas estimadas em R\$ 10 bilhões em troca do compromisso dos proprietários de recompor áreas de proteção ambiental em seus imóveis.

O decreto representou mais um adiamento nas punições por desmatamento ilegal, que deveriam ter entrado em vigor em 2008, com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais. Os ruralistas pressionaram e Lula adiou a exigência da área de reserva legal nas propriedades para depois das eleições.

A partir de 11 de junho, os produtores poderão ser autuados e cobrados a cumprir a reserva legal, sob pena de multa diária de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare desmatado ilegalmente. Pela lei em vigor, os proprietários rurais têm de manter a vegetação nativa em parcela que varia de 20% a 80% de seus imóveis. O maior percentual vale para as áreas de floresta na Amazônia.

Depois de autuados, os produtores têm prazo de até dez meses para registrar em cartório a reserva legal, antes de serem multados, mas a proximidade do início da cobrança da exigência vem sendo apontada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como uma ameaça à produção de alimentos no País.

Segundo a CNA, 90% das cerca de 5 milhões de propriedades rurais do País estão na ilegalidade, e a recomposição da reserva legal inviabilizaria a quinta parte da área dedicada atualmente à produção agrícola e pecuária.

O Mais Ambiente não saiu do papel por uma combinação de motivos. Os produtores rurais apostaram que as regras da reserva legal mudariam antes da entrada em vigor das multas, a partir da reforma do Código Florestal, em debate no Congresso.

A Câmara deve votar o projeto em março. O relatório do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), já aprovado em comissão especial, isenta áreas de até 4 módulos rurais da recomposição da reserva legal, abre caminho para não punir proprietários de áreas já desmatadas e reduz a área de proteção às margens dos rios.

Problemas. Mas mesmo os produtores eventualmente interessados em aderir ao Mais Ambiente ficariam impedidos por problemas do próprio governo para implementar o programa.

Ontem, o novo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Vizontin, estimou em 20 dias o prazo necessário para o sistema começar a operar. “O ministério mantém o entendimento de que as regras

fundamentais do Código Florestal serão preservadas. Queremos fazer um mutirão em favor da regulamentação ambiental e da produção agrícola sustentável”, disse o secretário.

Segundo Vizentin, o programa Mais Ambiente não é o único caminho para o produtor rural regularizar seus imóveis, mas é o que garante vantagens, a começar pela suspensão da cobrança de multas já aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Contrariedade. A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), é contra a exigência de reserva legal e defende o projeto de mudança no Código Florestal em debate no Congresso porque a proposta legaliza áreas já ocupadas com a produção de alimentos.

A agropecuária ocupa 27,2% do território brasileiro. Essa área poderia ser reduzida em 20 milhões de hectares, caso seja mantida a exigência de recompor a reserva legal.

#### **Estudo do Ipea sugere incentivo a quem não desmata** – Ciência – Folha de São Paulo – 25/02/2011

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgou, ontem, um relatório que defende o uso de incentivos econômicos àqueles que deixarem de desmatar sua propriedade.

Segundo o documento, a Lei de Crimes Ambientais, de 1998, deve ser revista, já que as punições àqueles que causam danos ambientais nem sempre têm sucesso para impedir que eles aconteçam.

Entre os motivos citados, está o fato de que "o criminoso ambiental, via de regra, não oferece maior periculosidade, razão pela qual não precisa ser recolhido ao cárcere".

O estudo afirma que a lei foi um avanço e não sugere a extinção das sanções ou da necessidade de reparação dos danos, mas uma combinação entre elas e os incentivos econômicos como uma forma mais eficaz de prevenção.

#### **Ipea sugere mudar leis ambientais** - Valor Econômico – Brasil – 25/02/2011

A legislação ambiental do país deve prever não só a punição daqueles que degradam a natureza, mas também incentivar a preservação dela. Esta é a principal conclusão de um estudo sobre leis ambientais brasileiras divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), na capital paulista. O estudo faz parte da série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro e integra também uma pesquisa mais ampla sobre sustentabilidade ambiental no Brasil produzida pelo instituto. Na publicação, dedicada exclusivamente à análise da legislação ambiental do país, pesquisadores do Ipea trabalharam com especialistas de 50 outras instituições. A advogada Patrícia Iglecias Lemos, professora da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Direito Ambiental, foi uma das coautoras do estudo. Segundo ela, o Brasil tem leis que já reconheceram que o acesso a uma natureza preservada é um direito fundamental, o que é positivo. Entretanto, a legislação nacional ainda não conta com mecanismos que efetivamente preservem esse

bem comum. O advogado Yuri Rugai Marinho, especialista em leis ambientais, disse que isso não acontece porque a legislação é focada em punir os que degradam o meio ambiente. Essas punições, entretanto, são de difícil aplicação devido à ineficiência de órgãos fiscalizadores e a questões jurídicas não levadas em conta na época da elaboração da lei. Por isso, para Marinho e outros autores do estudo do Ipea, seria mais eficaz que as políticas públicas incentivassem a preservação. Assim, quem atualmente está derrubando árvores ilegalmente, por exemplo, pensaria também em quais as vantagens de preservar a mata, além de quais as punições ele está sujeito por cometer esta ilegalidade. “A Lei de Crimes Ambientais [9.605/1998] tem um aspecto conservador”, disse Marinho, citando uma das leis ambientais mais punitivas em vigor hoje no país. “Ela não pode ser tão punitiva. Tem que ter caráter incentivador também.” Segundo ele, leis mais recentes, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, e a Lei da Mata Atlântica, de 2006, já preveem alguns estímulos à preservação. Leis desse tipo, entretanto, ainda são poucas e precisam ser ampliadas pelo país, defendeu. Valor Econômico [http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id\\_...](http://valor.idealvalley.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?id_...) 1 de 1 15/6/2011 14:17

#### **Empresa diz, em 15 dias, se entra em Belo Monte – Mercado – Folha de São Paulo – 26/02/2011**

A Vale prometeu ontem anunciar em duas semanas se participa ou não do investimento na usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A empresa deverá entrar no lugar da Gaia Energia, do Grupo Bertin.

A Gaia tinha 9% da Norte Energia, a Sociedade de Propósito Específico criada para administrar o projeto da usina hidrelétrica.

Segundo Eduardo Ledsham, diretor de exploração mineral, energia e implementação de projetos da Vale, a companhia avalia as condições "tecnoeconômicas" para entrar no projeto.

A Vale disputou o leilão para concessão do projeto da usina de Belo Monte com a Andrade Gutierrez, mas perdeu para o consórcio do qual pode fazer parte.

De acordo com Ledsham, a empresa está avaliando a rentabilidade do empreendimento que será obtido a partir do valor da energia negociada no leilão. Ledsham disse que a Vale recusará participação se a rentabilidade não alcançar os níveis exigidos pelos acionistas, mas não disse qual seria esse patamar. **(AB)**

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,  
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

**Assistentes de Pesquisa**

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa